

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 199/2023  
Data: 06/12/2023



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS DEIXA PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO .....	4
HIDROVIAS AMPLIARIAM EFICIÊNCIA LOGÍSTICA E OPERACIONAL DO PORTO DE SANTOS .....	5
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>6</b>
ESTALEIRO BRASFELS FOI CONTRATADO PELA MODEC PARA CONSTRUIR TRÊS MÓDULOS DO FPSO RAIA, QUE SERÁ INSTALADO NA BACIA DE CAMPOS.....	6
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....</b>	<b>7</b>
COMUNICADO - EBNS PODEM FLEXIBILIZAR ESQUEMAS OPERACIONAIS PARA AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO .....	7
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF .....</b>	<b>8</b>
AIRPORT NATIONAL MEETING - ENCONTRO DE AUTORIDADES E REGULADORES DISCUTE DESAFIOS NO SETOR AÉREO8	
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF .....</b>	<b>9</b>
SUSTENTABILIDADE - ACORDO SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ENTRE BRASIL E ALEMANHA CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.....	9
COP28 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DESTACA INVESTIMENTO EM FERROVIAS COMO FUNDAMENTAL PARA CUMPRIR METAS CLIMÁTICAS.....	10
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>11</b>
EDITORIAL – COMPROMISSO AEROVIÁRIO .....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	11
<i>Mudanças 1.....</i>	<i>11</i>
<i>Mudanças 2.....</i>	<i>11</i>
<i>Mudanças 3.....</i>	<i>12</i>
<i>Mudanças 4.....</i>	<i>12</i>
NACIONAL - MINISTRO PREVÊ MAIS DE 140 MILHÕES DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS DO PAÍS ATÉ 2026 .....	12
NACIONAL - TARIFA DE EMBARQUE DOMÉSTICO DO GALEÃO TERÁ QUEDA DE 26% .....	13
NACIONAL - PORTOS PÚBLICOS DE SP E DA BA SÃO RETIRADOS DO PLANO DE DESESTATIZAÇÃO.....	13
NACIONAL - GOVERNO IRÁ DESTINAR COMPENSAÇÃO POR EXPLORAÇÃO MINERAL A MAIS DE 2.700 MUNICÍPIOS .....	14
NACIONAL - CEO DO BRASIL EXPORT CELEBRA TEMPORADA DE FÓRUMS E PROMETE NOVIDADES .....	15
NACIONAL - CONGRESSO APROVA EMPRÉSTIMO DE US\$ 40 MILHÕES PARA MACEIÓ.....	17
REGIÃO NORDESTE - PERNAMBUCO IRÁ INVESTIR R\$ 20 MILHÕES NA PRODUÇÃO DE H2V EM SUAPE .....	18
NACIONAL - FIPS ATUALIZA OBRAS PRIORITÁRIAS E PREVÊ ALTA DE 83% DA CAPACIDADE FERROVIÁRIA.....	19
REGIÃO NORTE - COMPLEXO PORTUÁRIO DE PORTO VELHO ABRE EDITAL PARA DOAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS.....	20
INTERNACIONAL - CANAL DE SUEZ SUSPENDE NAVEGAÇÃO APÓS NAVIO BATER EM PONTE .....	21
NAVEGAÇÃO - PORTOS RS CONCLUI PRIMEIRA SEMANA DA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO EM RIO GRANDE.....	22
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS .....</b>	<b>23</b>
COP28: A SOLUÇÃO PARA A DESCARBONIZAÇÃO ESTÁ NO TRATAMENTO DO LIXO .....	23
GERAÇÃO PRÓPRIA DE ENERGIA ATINGE 25 GW NO BRASIL .....	25
GOVERNO DO PARANÁ PROPÕE CORTAR ICMS DO GÁS NATURAL DE 18% PARA 12% .....	26
PONDERAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O MARCO REGULATÓRIO DAS EÓLICAS OFFSHORE .....	26
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>28</b>
GOVERNO LULA QUER SOLUÇÃO VIA CONGRESSO PARA IMPASSE SOBRE POLÍTICOS EM ESTATAIS .....	28
EM DIA DE VOTAÇÃO NA ALESP, TARCÍSIO DIZ QUE ESTÁ 'OTIMISTA' COM APROVAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA SABESP .....	30
GOVERNO BRASILEIRO PAGA R\$ 3,8 BI EM DÍVIDAS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS, DIZ PLANEJAMENTO .....	30
GOVERNO ESPERA FINALIZAR VOTAÇÃO DE PROJETO QUE RENDE R\$ 35 BI NA SEMANA QUE VEM .....	31
COMPANHIAS AÉREAS ESPERAM RECORDE DE 4,7 BILHÕES DE PASSAGEIROS EM 2024.....	32
AÇÕES DA BRASKEM SERÃO EXCLUÍDAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA B3 APÓS DESASTRE EM MACEIÓ.....	34
CNA ESTIMA QUE PIB DO AGRONEGÓCIO VAI RECUAR 0,94% EM 2023 E TER RESULTADO NEGATIVO DE ATÉ 2% EM 2024... 34	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....</b>	<b>36</b>
A 'CARTA NA MANGA' DA OPOSIÇÃO A TARCÍSIO SE A PRIVATIZAÇÃO DA SABESP FOR APROVADA .....	36
CRIME NA AMAZÔNIA: QUAIS SÃO AS FACÇÕES ESTRANGEIRAS QUE DISPUTAM O DOMÍNIO DA FLORESTA .....	36
NUNES MARQUES PEDE MAIS PRAZO PARA ANÁLISE E SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE NOMEAÇÕES EM ESTATAIS .....	41



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 199/2023  
Página 3 de 51  
Data: 06/12/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>42</b>
LULA VOLTA A DIZER QUE GASTO EM EDUCAÇÃO É INVESTIMENTO NO PAÍS .....	42
EDUARDO PAES DEFENDE CONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO.....	43
VALE ESPERA NÃO TER BARRAGENS NO NÍVEL 3 DE RISCO ATÉ 2025 .....	44
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF.....</b>	<b>45</b>
PETROBRAS ENVIA SONDA PARA RETOMAR EXPLORAÇÃO NA MARGEM EQUATORIAL .....	45
NAVIO PETROLEIRO TOMBA NO RIO AMAZONAS .....	45
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>46</b>
PORTO DE SANTOS ESTÁ OFICIALMENTE FORA DA PRIVATIZAÇÃO .....	46
ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DE SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES.....	46
TOTALENERGIES, PETROBRAS, SOCAR E SONANGOL UNEM FORÇAS PARA REDUZIR A PEGADA DE METANO .....	47
ALGUMAS BALSAS JÁ PASSAM COM 100% DE CARGA, DIZ ABANI .....	47
ESTALEIRO JIANGNAN PROJETA PORTA-CONTÊINERES MOVIDO A ENERGIA NUCLEAR .....	48
APM TERMINALS E DP WORLD FIRMAM PARCERIA PARA PROMOVER EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO COM EMISSÃO ZERO.....	48
ABIHV ESPERA AVANÇOS ATÉ FINAL DA TRAMITAÇÃO DO PL DO HIDROGÊNIO .....	49
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>50</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	51



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS DEIXA PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

No entanto, resolução publicada nesta terça mantém projetos e serviços

Por: Redação



**Resolução publicada no Diário Oficial da União (DOU) ratifica “uma autoridade portuária pública”, como já havia prometido o ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho Foto: Matheus Tagé/AT/Arquivo**

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) do Governo Federal oficializou, nesta terça-feira, a retirada da Autoridade Portuária de Santos (APS) do Programa Nacional de Desestatização (PND). Resolução publicada no Diário Oficial da União (DOU) ratifica “uma autoridade portuária pública”, como

já havia prometido o ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho.

“A retirada do programa de privatização e a delegação de competência atribuída ao Porto de Santos nos impõem o dever e o desafio de demonstrarmos que uma empresa pública pode ser eficiente”, afirma o presidente da APS, Anderson Pomini.

Continua autorizada a concessão parcial dos acessos ao Porto de Santos, de serviços, além do túnel submerso entre Santos e Guarujá.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o MPor continuarão com a competência de coordenar e monitorar as medidas de concessão parcial dos serviços portuários.

O Terminal SSB01, no Porto de São Sebastião, está qualificado, segundo a mesma resolução, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Mas a gestão do Porto Organizado de São Sebastião também foi excluída do PND.

Por fim, a Companhia Docas do Estado de Bahia (Codeba), dos Portos Organizados de Salvador, de Aratu-Candeias e de Ilhéus, também não privatizada, segundo a resolução.

Todas essas decisões serão submetidas ao presidente Lula (PT).

#### Leilões

O CPPI também opinou favoravelmente pela qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário. A resolução propõe um cronograma para os leilões, que devem ocorrer em 2024 e em 2025.

Entre os locais, está o terminal STS33, no Porto de Santos, abrangendo área de 51.460 metros quadrados (m2) destinada à movimentação e armazenagem de carga geral.

Ainda estão previstas áreas no Rio Grande (RS), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 06/12/2023

## HIDROVIAS AMPLIARIAM EFICIÊNCIA LOGÍSTICA E OPERACIONAL DO PORTO DE SANTOS

Análise é de especialista entrevistado por A Tribuna; Baixada Santista tem 35 quilômetros de vias navegáveis

Por: [ATribuna.com.br](http://ATribuna.com.br)



*Favorecida pela natureza, a Baixada Santista tem 195 quilômetros de malha aquaviária, segundo levantamento; projetos e investimentos poderiam viabilizar o modal hidroviário e equilibrar transporte de cargas Foto: Vanessa Rodrigues/AT*

Favorecida pela natureza, a Baixada Santista necessita apenas de projetos e investimentos para viabilizar o modal hidroviário e equilibrar a sua matriz de transporte de cargas, segundo um especialista ouvido por A Tribuna.

Consultor da Diretoria de Planejamento da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), hoje Autoridade Portuária de Santos (APS), por oito anos e especialista em portos e vias navegáveis, o engenheiro civil João Gomes Ribeiro Neto participou do estudo realizado pela Codesp, em 2010, que identificou o potencial aquaviário da região.

“A navegação interior, com certeza, poderia ser a distribuidora de cargas em plataformas multimodais e industriais”, afirma Ribeiro Neto sobre a participação de hidrovias no aumento da eficiência logística e operacional do Porto de Santos.

Segundo o levantamento, a Baixada Santista tem 195 quilômetros de malha aquaviária, sendo 35 quilômetros de vias navegáveis, ou seja, sem restrições para implantação de hidrovias, que são sinalizadas.

“O ideal é ter opção de acesso sem ter que passar pela Via Anchieta ou por dentro da cidade, evitando o trânsito. Com plataformas de distribuição e contêineres levados de barcas até essas plataformas, seguindo depois para o destino por caminhões ou por trens, você otimiza essa logística, ganhando tempo. Dessa forma, a embarcação consegue desembarcar tudo rápido e ir embora”, explica Ribeiro Neto.

O engenheiro aponta que uma das vantagens da navegação interior, ou seja, navegar por uma hidrovia operante, sinalizada e com boias, é a dispensa de um calado operacional muito profundo. “Em uma hidrovia, uma balsa calando só 1,5 metro carrega 500 toneladas, um peso equivalente a 30 contêineres. Então, as hidrovias poderiam distribuir essas cargas para pontos mais próximos da estrada, sem passar por dentro da cidade”, enfatiza.

### Políticas públicas

O fomento às hidrovias no Brasil é uma das prioridades do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que pretende a Secretaria Nacional de Hidrovias.

Ribeiro Neto observa que a criação dessa secretaria e a aprovação do marco legal, a chamada BR dos Rios, são facilitadores ao fomento do modal, porém, faz uma ressalva: “É necessário ter gente com conhecimento técnico na Secretaria Nacional de Hidrovias para a elaboração dos projetos e implementação das hidrovias”.

### Antaq

No último dia 23 de novembro, durante o Summit Antaq, promovido pelo Grupo Tribuna, em Santos, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, destacou as vantagens do modal hidroviário.



“Dentro dos modais de transporte, o hidroviário é o que emite menos carbono, quatro vezes menos do que uma rodovia. Do ponto de vista ambiental, econômico e operacional, ele apresenta largas vantagens. Essa é outra prioridade que a agência vem trabalhando. São quatro projetos”, comentou.

Nery planeja ainda lançar os primeiros editais em 2025. “No ano que vem, a gente quer lançar audiências públicas e, se tudo der certo, no primeiro trimestre de 2025, nós já estaremos na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), realizando os primeiros leilões de concessões hidroviárias. Essa é a meta que estamos trabalhando”.

Quanto à Hidrovia Tietê-Paraná, que beneficiaria o escoamento de cargas com destino ao Porto de Santos, Nery afirmou que ainda “não está nesses primeiros quatro projetos. Ela está dentro dos Eixos Estratégicos do PGO (Plano Geral de Outorgas Hidroviário), mas será estudada na sequência”.

### Potencial em São Vicente

A destinação de áreas para expansão da poligonal do Porto de Santos em São Vicente começa a ganhar forma. A Prefeitura constituirá um grupo de trabalho técnico que selecionará áreas para estudo de viabilidade. No mesmo rumo, cresce a discussão sobre a criação de uma hidrovia, aproveitando o potencial aquaviário da Cidade.

Recentemente, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, destacou o potencial hidroviário de algumas cidades da Baixada Santista, entre elas, São Vicente.

### Todo sentido

O secretário de Comércio, Indústria e Negócios Portuários (Secinp) de São Vicente, Guilherme Guzzi, acredita que as hidrovias fazem sentido, já que a Cidade é rica em mananciais. “Mas temos que considerar o debate regional, em algo que seja benéfico para toda a Baixada Santista”.

O secretário disse que atualmente não há projeto do Município para navegação interior, mas que o assunto é relevante e será estudado.

### Expansão portuária

No entanto, a proposta de cessão de áreas para expansão portuária segue avançando. Segundo Guilherme Guzzi, o Município criará um grupo técnico em breve. “Participamos ontem (segunda-feira) de uma reunião técnica para discutir a Poligonal do Porto em São Vicente e fizemos um esboço de possíveis áreas que passarão a ser alvo de estudo de viabilidade. Após esse encontro será formado um grupo de trabalho técnico para finalização do estudo e definição final das áreas”.

Guzzi diz que a previsão é de mais um ou dois encontros. “Para que tudo seja discutido e não fique nenhuma ponta solta. Estamos apenas definindo as datas”.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 06/12/2023



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### ESTALEIRO BRASFELS FOI CONTRATADO PELA MODEC PARA CONSTRUIR TRÊS MÓDULOS DO FPSO RAIA, QUE SERÁ INSTALADO NA BACIA DE CAMPOS

Informações: *PetroNotícias*

Uma notícia importante para a indústria naval brasileira. O estaleiro BrasFELS, em Angra dos Reis (RJ), foi contratado pela japonesa Modec para construir módulos topside para o navio-plataforma (FPSO) do Projeto Raia, localizado na Baía de Campos. O escopo de trabalho compreende a fabricação de três módulos: unidade de recuperação de vapor/flare knockout (VRU/ FLARE KO);

separação e estabilização de óleo; e circulação da linha de fluxo e sistemas de medição. As obras já devem começar no primeiro trimestre de 2024.



“Temos o prazer de fazer parceria com a Modec em mais um projeto de fabricação de módulos topside de FPSO, afirmando a posição da Seatrrium como um player global líder em novas construções e conversões de FPSO. Ao longo dos anos, aproveitamos nossa profunda experiência em engenharia, presença em pátios internacionais e forte histórico para entregar mais de 260 unidades de produção flutuantes (FPU) e conversões e novas construções de FPSO, solidificando nossa liderança de mercado neste segmento de produtos”, disse o vice-presidente executivo de Petróleo e Gás para Américas da Seatrrium, Marlin Khiew.

Para lembrar, a Seatrrium é a proprietária do estaleiro BrasFELS. A empresa surgiu neste ano a partir da fusão entre a Sembcorp Marine e a Keppel Offshore & Marine Limited. Esse contrato marca a oitava colaboração de projeto entre BrasFELS e Modec. O primeiro projeto entre as empresas foi a fabricação e integração de módulos topside para o FPSO Cidade de São Paulo, em fevereiro de 2011.

Quando concluído, o FPSO Raia terá capacidade para processar 126 mil barris de petróleo por dia e 16 milhões de metros cúbicos de gás por dia, com capacidade de armazenamento de 2 milhões de barris de petróleo bruto. Ele será implantado na gigantesca área do pré-sal na parte sul da Bacia de Campos, a aproximadamente 200 quilômetros da costa do Rio de Janeiro.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*  
Data: 06/12/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### COMUNICADO - EBNS PODEM FLEXIBILIZAR ESQUEMAS OPERACIONAIS PARA AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO

Empresas de Navegação devem fazer seus pedidos de alteração até o dia 15 de dezembro



***Alteração tem como objetivo abarcar o potencial aumento da demanda de passageiros e cargas no período de festividades de final de ano***

Brasília 05/12/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) comunica os procedimentos para eventuais alterações dos esquemas operacionais das Empresas Brasileiras de Navegação (EBN's) que prestam serviços no transporte de passageiros ou misto autorizados pela Autarquia.

Os pedidos deverão ser apresentados por meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI ou do Sistema de Outorgas Eletrônica - SOE, disponíveis no sítio eletrônico da ANTAQ, até 15 de dezembro de 2023.

A alteração tem como objetivo abarcar o potencial aumento da demanda de passageiros e cargas no período de festividades de final de ano. Também adequa-se à necessidade de alteração de esquemas operacionais por parte de empresas brasileiras de navegação.

É um ajuste merecido aos usuários do transporte fluvial, que sai da rigidez do esquema consignado no termo de autorização para o esquema flexível ao período de festas. Importante ressaltar que trata-se de mudanças eventuais, mas que ocorrem todo ano. A ideia é promover e organizar, junto às empresas, o ajuste de oferta com a demanda, pois muitos passageiros modificam viagens em função das comemorações

Devido a flexibilidade trazida às EBNs, os dias/horários de chegada e saída das embarcações poderão sofrer alterações a pedido das empresas autorizadas, que deverão estar em conformidade com os procedimentos divulgados por ofício.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: asc@antag.gov.br**

**Data: 06/12/2023**

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### AIRPORT NATIONAL MEETING - ENCONTRO DE AUTORIDADES E REGULADORES DISCUTE DESAFIOS NO SETOR AÉREO

O objetivo é promover oportunidades de negócios que os aeroportos concedidos à iniciativa privada oferecem



**Silvio Costa Filho discursa no evento Airport National Meeting - Foto: Vosmar Rosa / MPor**

O Aeroporto Internacional de Brasília sediou, nesta terça-feira (6), o Airport National Meeting (ANM 2023), evento promovido pela Aeroportos do Brasil, associação representativa de todos os aeroportos federais concedidos. Seus associados controlam 59 aeroportos, responsáveis por mais de 90% da movimentação de passageiros e 98% da carga aérea transportada no país. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve presente e

realizou a abertura oficial do evento.

Segundo dados do Anuário do Transporte Aéreo 2022, divulgado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em 2022, foram realizados aproximadamente 831 mil voos, somados os mercados doméstico e internacional, representando um aumento de 39% em relação a 2021. Ainda somando os mercados, aproximadamente 98 milhões de passageiros foram transportados.

Silvio Costa Filho reforçou a recuperação da economia brasileira no setor aéreo no período pós-pandemia.

**“Até 2026, nós vamos chegar a mais de 140 milhões de passageiros no país. Isso será fundamental para o fortalecimento dos nossos aeroportos, mas também da nossa economia”.**





O ministro destacou ainda que o novo PAC contribuirá ainda mais para acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades sociais e regionais.

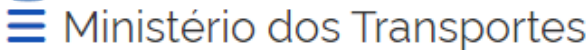
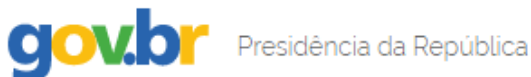
***“Isso representa o crescimento das exportações, estabilidade econômica, estabilidade das nossas instituições”, disse.***

Esta é a terceira edição do Airport National Meeting, que apresentou uma programação relevante, proporcionando a oportunidade para autoridades, executivos e profissionais nacionais e internacionais do setor debaterem temas relacionados ao desenvolvimento, eficiência logística, modernização e inovação na indústria aeroportuária.

Importante destacar que na última década, a indústria aeroportuária investiu mais de R\$ 25 bilhões em melhorias e modernização da infraestrutura dos aeroportos no Brasil.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 06/12/2023**



## **GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF**

### **SUSTENTABILIDADE - ACORDO SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ENTRE BRASIL E ALEMANHA CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

Memorando foi assinado nesta segunda-feira (4) pelo presidente Lula, durante agenda na Alemanha

Comprometidos com a descarbonização do setor de transportes, os governos do Brasil e da Alemanha firmaram um acordo nesta segunda-feira (4) pela transição energética sustentável com foco no segmento. O “Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Diálogo Estratégico de Alto Nível sobre Ambição e Ação Climática” foi assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, e foi desenvolvido com a colaboração do corpo técnico do Ministério dos Transportes.

O subsecretário de Sustentabilidade da pasta, Cloves Benevides, participou da reunião de negociações intergovernamentais Brasil-Alemanha, em Berlim, na Alemanha, onde a parceria foi firmada. “O Ministério dos Transportes se insere num dos acordos mais robustos, mais estratégicos e mais transformadores para a política de descarbonização estabelecida entre os governos brasileiro e alemão”, afirmou o subsecretário de Sustentabilidade.

As próximas etapas de cooperação entre os países preveem reuniões entre equipes técnicas do Ministério dos Transportes, do governo brasileiro e de instituições alemãs.

“Avançamos rumo a uma inovação no âmbito da infraestrutura de transportes, vamos impulsionar a discussão sobre a descarbonização. Para a Subsecretaria de Sustentabilidade, uma nova mudança de paradigma acontece”, celebrou Cloves Benevides.

#### **Brasil-Alemanha**

A cooperação bilateral Brasil-Alemanha envolve mais de 50 iniciativas, entre projetos regulares e atividades desenvolvidas no Brasil, resultantes de programas regionais e globais da cooperação alemã, em quatro áreas principais: florestas; energias renováveis e eficiência energética; desenvolvimento urbano sustentável e educação vocacional.

As ações de cooperação envolvem 13 ministérios brasileiros, além de órgãos de quatro governos estaduais e cinco da administração pública/privada.



A Alemanha é um dos parceiros mais tradicionais do Brasil no âmbito da cooperação técnica internacional e permanece sendo o maior provedor bilateral de cooperação técnica e financeira.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 06/12/2023*

### **COP28 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DESTACA INVESTIMENTO EM FERROVIAS COMO FUNDAMENTAL PARA CUMPRIR METAS CLIMÁTICAS**

“Principal oportunidade para descarbonizar o setor de transportes brasileiro é apostar em um maior equilíbrio na matriz de transportes”, reforçou o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro

Os caminhos para que o Brasil cumpra as metas climáticas para uma transição energética com infraestrutura de transportes sustentável foram debatidos nesta terça-feira (5) com representantes de diversas nações e de organismos internacionais. A temática foi apresentada pelo secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, na COP28 (Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas), que ocorre em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, até 12 de dezembro.

“A principal oportunidade para descarbonizar o setor de transportes brasileiro é apostar em um maior equilíbrio na matriz de transportes, priorizando modais que emitam menos gases de efeito estufa, como ferroviário e hidroviário. Neste esforço, a conclusão das principais obras de infraestruturas do país ligadas à adoção de novas tecnologias poderá gerar até 13,7% menos emissões de poluentes provenientes do transporte de mercadorias” explicou o secretário.

Ribeiro participou de uma série de reuniões, entre elas com o International Transport Forum (ITF), grupo da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e falou do potencial do setor ferroviário para ajudar a cumprir essas metas. De acordo com ele, além do modal ferroviário ser mais sustentável – pois emite 7,6 vezes menos gases de efeito estufa que o modal rodoviário –, as concessionárias que operam no país se comprometeram a adotar iniciativas que melhorem a eficiência energética, como aumentar a velocidade dos trens sem aumentar o consumo de energia ou utilizar locomotivas mais eficientes.

#### **Segurança jurídica**

Por meio do Novo PAC do Governo Federal, estão previstos R\$ 94,2 bilhões para as ferrovias, sendo R\$ 6 bilhões em recursos públicos e R\$ 88,2 bilhões em investimento privado. “Do ponto de vista jurídico, nosso desafio é inserir cada vez mais esse debate de forma concreta, sobretudo nos contratos e parcerias público-privadas, considerando sempre o respeito aos povos tradicionais, comunidades indígenas e quilombolas”, completou o consultor jurídico do Ministério dos Transportes, Marconi Arani Melo Filho, integrante da delegação da pasta na COP28.

Nesta quarta-feira (6), a programação da conferência internacional estará especificamente voltada para o setor de transportes. Sob liderança da Subsecretaria de Sustentabilidade, a delegação do Ministério dos Transportes promoverá um painel sobre Transição Ecológica e Infraestrutura de Transportes, dividido pelos seguintes temas:

- Sustentabilidade, Transição Energética e Inovação;
- Transição Energética e Transportes;
- Regulação e Sustentabilidade;
- Trânsito e Sustentabilidade;

A moderação do painel ficará a cargo do subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides. Representantes do Ministério de Portos e Aeroportos também falarão das perspectivas e desafios



para o setor. Além deles, a programação da conferência conta com comitivas de diversas pastas representantes do Governo Federal na cúpula climática da ONU.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 06/12/2023

## BE NEWS

### BE NEWS – BRASIL EXPORT

#### EDITORIAL – COMPROMISSO AEROVIÁRIO

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A projeção do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, de atingir mais de 140 milhões de passageiros por ano, no Brasil, até 2026, mostra a intenção do Governo Federal de fortalecer o modal aéreo e, como resultado, o setor de transportes. Essa estimativa, compartilhada durante o Airport National Meeting (ANM 2023), na última terça-feira, dia 5, destaca a relevância do segmento aéreo para impulsionar o crescimento econômico brasileiro, uma estratégia acertada.

O compromisso expresso pelo ministro em revitalizar a economia por meio do setor aéreo é respaldado pelo novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele enfatiza que esse impulso não apenas implica no crescimento das exportações, mas também contribui para a estabilidade econômica e institucional do Brasil.

Ao longo da última década, a indústria aeroportuária investiu mais de R\$ 25 bilhões em melhorias e na modernização da infraestrutura aeroportuária no País, um indicativo claro do compromisso contínuo da iniciativa privada com o avanço e a eficiência do setor. E tal postura ocorre em um cenário cada vez mais positivo. Os dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) evidenciam o dinamismo do segmento, com aproximadamente 831 mil voos realizados em 2022, representando um aumento significativo de 39% em relação ao ano anterior. Esses números refletem não apenas o aumento na conectividade, mas também a crescente demanda por serviços aéreos.

O transporte aéreo, sendo uma peça-chave para um país de dimensões continentais como o Brasil, exige uma atenção especial do Governo. A criação e a implementação de políticas públicas eficazes são imperativas para garantir não apenas a expansão do setor, mas também para assegurar que o transporte aéreo permaneça acessível, eficiente e contribua significativamente para o desenvolvimento econômico do Brasil. O Ministério de Portos e Aeroportos e o Palácio do Planalto devem manter essa linha de ação, garantindo as ferramentas necessárias para o fortalecimento do setor aéreo e a exploração de todo o seu potencial e, como consequência, a oferta de um serviço estratégico tanto para o comércio exterior como para a mobilidade na Nação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 06/12/2023

#### NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

##### MUDANÇAS 1

A Autoridade Portuária de Santos (APS) anunciou nessa terça-feira, dia 5, a mudança do titular em sua Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Regulação. Sai o engenheiro Eduardo Lustoza e entra o advogado Gustavo Salvador Pereira, ex-presidente do conselho de administração dos portos de São Francisco do Sul e Imbituba, ambos em Santa Catarina. Uma escolha feita pelo próprio Ministério de Portos e Aeroportos.

##### MUDANÇAS 2

Mas a jornada profissional de Eduardo Lustoza na APS deve continuar. Sua permanência na empresa está sendo negociada. A seu favor, está sua atuação no desenvolvimento do projeto de

construção do túnel Santos-Guarujá, empreendimento orçado em mais de R\$ 5 bilhões e que é a maior obra portuária da atual versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

### **MUDANÇAS 3**

A alteração no comando da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios não será a única novidade na cúpula da APS neste mês. Nos próximos dias, é esperada a indicação do novo diretor de Administração e Finanças da empresa. As substituições no alto escalão da empresa começaram em setembro, quando o engenheiro Carlos Eduardo Bueno Magano deixou a Diretoria de Infraestrutura. A diretoria da Autoridade Portuária é formada por cinco executivos. Da equipe formada no início do ano, ainda permanecem o presidente Anderson Pomini e o diretor de Operações, Antônio de Pádua de Deus Andrade, ambos com bom relacionamento com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e outros integrantes do Governo Federal.

### **MUDANÇAS 4**

A princípio, não são esperadas novas mudanças na diretoria da APS. Mas devem ocorrer alterações em cargos de gerência e superintendência. Porto Velho A Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia (SOPH), empresa que administra o Porto de Porto de Velho, publicou o edital de aviso público de nove áreas arrendáveis e chamamento de interessados para a utilização da infraestrutura do porto e doação de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea). Os arrendamentos serão realizados para terminais de contêineres, granéis sólidos e líquidos e carga geral.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 06/12/2023*

## **NACIONAL - MINISTRO PREVÊ MAIS DE 140 MILHÕES DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS DO PAÍS ATÉ 2026**

Silvio Costa Filho participou de encontro entre autoridades e reguladores para discutir os desafios do setor aéreo

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



*Durante sua participação na edição 2023 do Airport National Meeting, o ministro Silvio Costa Filho reforçou o compromisso em recuperar a economia brasileira no setor aéreo Crédito: Vosmar Rosa/MPor*

“Até 2026, nós vamos chegar a mais de 140 milhões de passageiros no país. Isso será fundamental para o fortalecimento dos nossos aeroportos, mas também da nossa economia”. Essa previsão foi feita pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, durante participação no Airport National Meeting (ANM 2023), um encontro entre autoridades e reguladores para discutir os desafios do setor

aéreo.

O evento, realizado na terça-feira, dia 5, foi organizado pela Aeroportos do Brasil e sediado no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília. Durante sua participação, o ministro reforçou o compromisso em recuperar a economia brasileira no setor aéreo.

Para Silvio Costa Filho, o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai ajudar a alcançar a meta. “Isso representa o crescimento das exportações, estabilidade econômica, estabilidade das nossas instituições”, disse o ministro.

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, nos últimos dez anos a indústria aeroportuária investiu mais de R\$ 25 bilhões em melhorias e modernização da infraestrutura dos aeroportos no Brasil.

Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), dados divulgados em 2022 mostram que foram realizados aproximadamente 831 mil voos, somados os mercados doméstico e internacional, representando um aumento de 39% em relação a 2021. Os números mostram que aproximadamente 98 milhões de passageiros foram transportados.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 06/12/2023

### **NACIONAL - TARIFA DE EMBARQUE DOMÉSTICO DO GALEÃO TERÁ QUEDA DE 26%**

Redução ocorre após o término do prazo que permitiu o aumento temporário das tarifas em junho deste ano

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**Passageiros com voos domésticos do Galeão passarão a pagar R\$ 30,76 ante os R\$ 41,80 atualmente praticados. Já a tarifa para embarque internacional permanece inalterada**  
Crédito: Divulgação

O Ministério de Portos e Aeroportos anunciou que a partir de 1º de janeiro de 2024, a tarifa de embarque doméstico no aeroporto internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, terá redução de 26,41%.

A redução do valor foi publicada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e, ocorre após o término do prazo que permitiu o aumento temporário das tarifas em junho deste ano, ocorrido em decorrência de reequilíbrio

econômico-financeiro por perdas com a Covid-19 em 2021, concedido ao aeroporto.

Portanto, os passageiros que tiverem voos domésticos do terminal passarão a pagar R\$ 30,76 ante os R\$ 41,80 atualmente praticados. A tarifa para embarque internacional não será reajustada e segue no valor de R\$ 54,47 no ano que vem.

Os valores mais baixos para as tarifas no Galeão podem ajudar a fortalecer a movimentação dos usuários no aeroporto. A medida, apesar de não fazer parte do pacote econômico para recuperar o Galeão, pode beneficiar o terminal. Junto com a resolução da Anac, o decreto do Ministério de Portos e Aeroportos de limitar o número de passageiros no aeroporto de Santos Dumont começa a valer.

De acordo com o documento editado pelo Governo Federal, a partir de 2024 o número de passageiros do Santos Dumont será restrito a 6,5 milhões por ano. O aeroporto no centro do Rio de Janeiro extrapolou a capacidade máxima de usuários e prejudicou o funcionamento do Galeão, localizado na Ilha do Governador, região mais próxima à zona norte da capital fluminense.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 06/12/2023

### **NACIONAL - PORTOS PÚBLICOS DE SP E DA BA SÃO RETIRADOS DO PLANO DE DESESTATIZAÇÃO**

Resolução que havia incluído a gestão dos complexos no PND foi oficialmente revogada

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Porto de São Sebastião: o cais segue sob responsabilidade da Companhia Docas de São Sebastião, autarquia da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**  
**Crédito: Divulgação/APS**

A gestão dos portos públicos de Santos e São Sebastião, ambos em São Paulo, e de Aratu-Candeias e Ilhéus, na Bahia, foi oficialmente retirada do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Publicada no Diário Oficial da União de terça-feira, dia 5, a Resolução CPP1 nº 291, de 22 de novembro, revogou a Resolução 246, de 2022, que incluía as Autoridades Portuárias desses complexos no plano.

A retirada dessas empresas públicas já havia sido anunciada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, no dia 27 de outubro durante visita ao Porto de Santos.

Com essa decisão, portanto, mantêm-se públicas as companhias que administram os complexos. A Autoridade Portuária de Santos (APS), em Santos; a Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba) nos portos de Aratu-Candeias e Ilhéus; e por fim, o cais de São Sebastião, sob responsabilidade da Companhia Docas de São Sebastião, autarquia da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil).

No Porto de Santos ainda é possível a concessão parcial dos acessos ao cais, seja pelo modal rodoviário e aquaviário, e dos serviços, como é o caso do túnel imerso Santos-Guarujá, ligando as duas margens do porto, além de outros projetos previstos.

“A retirada do programa de privatização e a delegação de competência atribuída ao Porto de Santos nos impõem o dever e o desafio de demonstrarmos que uma empresa pública pode ser eficiente”, afirmou o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

O Terminal SSB01, no Porto de São Sebastião, está qualificado, segundo a mesma resolução, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos continuarão com a competência de coordenar e monitorar as medidas de concessão parcial dos serviços portuários.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 06/12/2023**

## **NACIONAL - GOVERNO IRÁ DESTINAR COMPENSAÇÃO POR EXPLORAÇÃO MINERAL A MAIS DE 2.700 MUNICÍPIOS**

Quantia a ser distribuída entre as cidades é de aproximadamente R\$ 370 milhões, correspondente à arrecadação de maio a outubro

**DA REDAÇÃO** [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A Agência Nacional de Mineração (ANM) publicou no último dia 24 a lista provisória dos municípios afetados que começarão a receber, a partir de dezembro, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) de acordo com os novos percentuais estabelecidos no Decreto 11.659/2023. A lista abrange 2.746 municípios localizados nos 27 estados brasileiros. A quantia de aproximadamente R\$ 370 milhões, correspondente à arrecadação de maio a outubro, será distribuída entre esses municípios.



**O decreto publicado no último dia 24 elevou as compensações de 30% para 35% para cidades com estruturas de mineração que facilitam o aproveitamento industrial da jazida Crédito: Agência Vale**

O Decreto nº 11.659/2023, publicado em agosto e recentemente regulamentado, definiu um percentual de 55% para os repasses às cidades atravessadas por infraestruturas utilizadas para o transporte ferroviário de substâncias minerais. Além disso, o documento elevou as compensações de 30% para 35% para cidades com estruturas de mineração que facilitam o aproveitamento industrial da jazida, como pilhas de estéreis e rejeitos, usinas de beneficiamento, bacias de rejeitos, entre outros. Os municípios impactados por operações portuárias receberão 7%, enquanto as cidades com minerodutos receberão 3%.

Segundo o ministro Alexandre Silveira, o decreto atendeu a uma demanda histórica das associações e municípios mineradores, ampliando o retorno social para a população ao descentralizar os recursos para um maior número de municípios.

“O Governo Federal e o Ministério de Minas e Energia sabem da importância desses repasses aos municípios envolvidos na atividade mineradora. Os recursos são aplicados em ações que visam o desenvolvimento da comunidade, como saúde, educação e segurança. O decreto reequilibra a distribuição dos recursos, ampliando os ganhos do setor mineral para a sociedade. Queremos uma mineração mais segura e sustentável e que, além de empregos para as comunidades, ela seja indutora de desenvolvimento”, afirmou.

Após a divulgação da lista, os municípios têm a oportunidade de apresentar recursos administrativos à ANM, solicitando uma revisão do rol. Os recursos devem ser submetidos até o dia 4 de dezembro e serão realizados por meio de peticionamento eletrônico, utilizando o processo SEI 48051.007147/2023-56.

“Esse é mais um passo para tornar o setor ainda mais forte”, disse o secretário nacional de Mineração, Geologia e Transformação Mineral, Vitor Saback. “Nossa meta de fazer uma mineração mais justa, mais social e mais sustentável só será possível quando olharmos para todos os envolvidos com responsabilidade. É o que fizemos aqui, seguindo os direcionamentos do ministro Alexandre”, concluiu.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 06/12/2023**

## NACIONAL - CEO DO BRASIL EXPORT CELEBRA TEMPORADA DE FÓRUNS E PROMETE NOVIDADES

Calendário 2024 de eventos do Brasil Export será divulgada em 7 de fevereiro, segundo Fabrício Julião

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Fabrício Julião confirmou que São Paulo será sede do Sudeste Export, com a expectativa de tratar assuntos importantes da logística, como os acessos rodoviários ao Porto de Santos Crédito: Reprodução/ZR News**

**QUANDO CRIAMOS O CONSELHO ESG, NUM PRIMEIRO MOMENTO FOI UMA GRANDE NOVIDADE. AGORA, ELE JÁ É UM CONSELHO FORTE DENTRO DA ESTRUTURA DO BRASIL EXPORT. PARA O ANO QUE VEM, ASSIM COMO FIZEMOS COM O INFRAJUR, VAMOS FAZER COM O ESG. JÁ FIRMAMOS UM**



**ACORDO COM A ANTT (AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES) E TEREMOS ESSA AGENDA DENTRO DA PROGRAMAÇÃO DOS FÓRUMS REGIONAIS”**

**FABRÍCIO JULIÃO**  
**CEO do Brasil Export,**

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, fez um balanço da temporada de 2023 dos fóruns promovidos pelo grupo, que teve como assuntos discutidos os setores de infraestrutura, logística e transportes em todo o Brasil e também internacionalmente. Julião ainda prometeu novidades no calendário de fóruns para o ano que vem, que contará com grandes eventos a cada mês a partir de fevereiro, quando será lançado o calendário oficial do Brasil Export.

Julião participou na terça-feira, dia 5, do programa ZR News, apresentado pelo jornalista Zerri Torquato e transmitido pela rádio Santa Cecília FM, de Santos (SP). Ele lembrou que o ano começou com a troca de comando no Governo Federal, mas que o Grupo Brasil Export manteve a sua posição de não ter bandeiras políticas.

“Sentimento de satisfação pessoal e profissional. Um ano que começou com um desafio de troca política e quando isso acontece, é sempre importante demonstrar que o Brasil Export não tem bandeira, e deixamos isso muito claro. 2023 foi um ano de muito trabalho, em que nós consolidamos uma posição importante. E para 2024 nós teremos ao longo da programação muitas novidades”, disse Julião.

Uma das novidades do calendário de 2023 foi a implantação do InfraJUR – Encontro de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, que promoveu painéis voltados para o setor jurídico, aproximando juízes e ministros ao setor de infraestrutura e também à classe empresarial. Para 2024, Julião anunciou a implantação de um novo painel nos fóruns.

“Quando criamos o Conselho ESG, num primeiro momento foi uma grande novidade. Agora, ele já é um conselho forte dentro da estrutura do Brasil Export. Para o ano que vem, assim como fizemos com o InfraJUR, vamos fazer com o ESG. Já firmamos um acordo com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e teremos essa agenda dentro da programação dos fóruns regionais”, disse.

Julião ainda mencionou os esforços para expandir a marca do Brasil Export para fora do país. Além do Portugal Export, os conselheiros embarcaram em duas missões do Singapura Export e promoveu de forma inédita o fórum sul-americano do Mercosul Export, que ocorreu em Montevideu, no Uruguai.

O calendário 2023 do Brasil Export se encerra de forma oficial com o evento na próxima quinta-feira (7), em Brasília, no qual estarão presentes autoridades e líderes empresariais importantes do setor.

### **2024**

Conforme anunciado por Fabrício Julião, o calendário de eventos do Brasil Export será lançado no dia 7 de fevereiro, em solenidade que ocorrerá em Brasília. O CEO afirmou que estão previstos grandes eventos para cada mês do ano que vem.

Entre as novidades da cobertura do ano que vem será o lançamento da TV BE News, que tem estreia prevista para fevereiro.

“A TV BE News vem com o papel estratégico de cobrir e transmitir os principais eventos do setor. Vamos inaugurar nossos estúdios em Santos no dia 2 (de fevereiro), data de aniversário do Porto de Santos, mas contaremos, também, com uma estrutura forte em São Paulo, em Brasília e no Nordeste”, revelou.

### **Região Sudeste**

Fabrício Julião confirmou que São Paulo vai voltar a sediar o Sudeste Export, com a expectativa de tratar assuntos importantes da logística, como os acessos rodoviários ao Porto de Santos, que vem sendo uma importante demanda do setor.



O advogado especializado em direito portuário e presidente do Sudeste Export, Marcelo Sammarco, comentou sobre a expectativa de retornar para a capital paulista em 2024.

“O Sudeste Export completou um ciclo interessante. Tivemos início em São Paulo, passamos pelo Rio de Janeiro, chegamos ao Espírito Santo no momento em que acontecia a transição da Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo) para a iniciativa privada, e por último em Belo Horizonte. Vamos voltar para São Paulo também em um momento muito interessante, visando envolvimento com o Governo de São Paulo, com a pauta voltada à indústria, que está interessada e atenta às necessidades do setor, além da pauta de infraestrutura e acessos que certamente virá à tona”, comentou.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 06/12/2023**

## NACIONAL - CONGRESSO APROVA EMPRÉSTIMO DE US\$ 40 MILHÕES PARA MACEIÓ

Área explorada pela Braskem na capital alagoana corre risco de desabamento

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



***O governador de Alagoas, Paulo Dantas, foi recebido pelo presidente em exercício Geraldo Alckmin e pediu o acompanhamento da AGU no processo de realocação das famílias Crédito: Divulgação/Governo de Alagoas***

Em meio ao risco do afundamento do solo no bairro Mutange, em Maceió (AL), o plenário do Senado aprovou na terça-feira, dia 5, o empréstimo de US\$ 40 milhões para o estado. A verba virá do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

Segundo o senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), os recursos servirão para estabilizar a situação e prevenir novas catástrofes. “Esse momento é de extrema importância. São 40 milhões de dólares para Maceió, que hoje está aniversariando, completa 208 anos, mas que está sendo o centro das atenções deste país”, disse.

“Toda ajuda, toda movimentação, toda força positiva são importantes para que o município consiga ultrapassar esses grandes desafios oriundos de uma exploração indiscriminada do mineral pela Braskem”, completou o senador.

O governador de Alagoas, Paulo Dantas, foi recebido pelo presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Comércio, Indústria e Serviços, Geraldo Alckmin, no Palácio do Planalto. Em entrevista coletiva, ele responsabilizou a Braskem pela catástrofe e a Prefeitura de Maceió, que teria construído um acordo com a empresa.

O governador pediu ajuda do Governo Federal para conter a situação. Entre as solicitações está o acompanhamento da Advocacia-Geral da União (AGU) no processo de realocação das famílias.

“O que nós queremos é priorizar as vítimas que estão sofrendo muito por conta desse clima. Quem tem que fazer uma proposta de novo acordo é a Braskem, que cometeu o crime. Temos que estar vigilantes para que as vítimas não sejam lesadas. As vítimas não foram justamente indenizadas, nós estamos ao lado das vítimas para que eles tenham uma solução. Quem cometeu o crime foi a Braskem”, disse.

Segundo o governador, o acordo de indenização às vítimas do afundamento do solo feito pela Prefeitura com a Braskem é ilegal. “O erro foi cometido pela empresa Braskem. Eu entreguei nas

mãos do presidente [Alckmin] o acordo que foi feito. É um acordo imoral, ilegal, inconstitucional. A Prefeitura de Maceió doou todo o patrimônio do povo para a Braskem. O crime foi ocasionado exclusivamente pela Braskem e nós não vamos fazer nenhum acordo”, disse.

O governador apontou que, para o acordo, as vítimas não foram ouvidas, por exemplo. “Para se ter qualquer tipo de acordo é preciso ter a presença das vítimas, obedecendo às leis. As famílias nunca foram indenizadas por parte deste acordo. A Braskem não pode vender suas ações sem resolver o problema das pessoas”, completou.

Além disso, Paulo Dantas afirmou que pediu ajuda ao Governo Federal para o pagamento de um seguro-defeso para pescadores e marisqueiros que foram afetados nas lagoas Mundaú e Manguaba, que estão sob risco de serem contaminadas.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 06/12/2023**

## REGIÃO NORDESTE - PERNAMBUCO IRÁ INVESTIR R\$ 20 MILHÕES NA PRODUÇÃO DE H2V EM SUAPE

Governadora do estado anunciou recursos durante sua participação na COP 28

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**A governadora Raquel Lyra propôs um Projeto de Lei que cria a Política Estadual sobre o Hidrogênio Verde, e está em tramitação na Assembleia Legislativa de Pernambuco**  
**Crédito: Divulgação/Governo de Pernambuco**

O Governo de Pernambuco vai investir R\$ 20 milhões em um projeto experimental de produção de hidrogênio verde (H2V) no Porto de Suape. O anúncio foi feito pela governadora Raquel Lyra, durante sua participação na Conferência das Nações

Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28), em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Raquel explicou que o governo criou um pacote de ações chamado Estratégia Estadual de Hidrogênio Verde – um documento que lista os eixos e as diretrizes de ação para implementação do H2V no estado. Entre as metas estão uma nova industrialização e competitividade; promoção de justiça social, ambiental e econômica; qualificação profissional e empreendedorismo; compromisso com a ciência, tecnologia e inovação, e planejamento; e expansão da infraestrutura.

Já os R\$ 20 milhões anunciados para preparar o Porto de Suape para o projeto experimental de H2V devem ser investidos da seguinte forma: R\$ 15 milhões para aquisição de um eletrolisador 1 MW (equipamento necessário para o H2V); R\$ 250 mil para o transporte do equipamento até Suape; R\$ 1 milhão para instalações e infraestrutura; R\$ 1,25 milhões para conexões e entregas ao Off Taker (estimado); R\$2,5 milhões em estudos técnicos, projetos e instalações.

Raquel Lyra ressaltou que o hidrogênio verde, por ser considerado o “combustível do futuro”, está no foco dos debates mundiais e “Pernambuco não pode ficar para trás, diante do potencial do nosso estado, que conta com um importante ativo que é o Porto de Suape. Por isso, esse investimento é estruturador para a sustentabilidade”.

A governadora também propôs um Projeto de Lei que cria a Política Estadual sobre o Hidrogênio Verde, e está em tramitação na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Entre as iniciativas do projeto estão a celebração de convênios com instituições públicas e privadas para financiar projetos de desenvolvimento tecnológico e a qualificação profissional e empreendedora na área.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 06/12/2023

## NACIONAL - FIPS ATUALIZA OBRAS PRIORITÁRIAS E PREVÊ ALTA DE 83% DA CAPACIDADE FERROVIÁRIA

Presidente João Almeida revelou que três obras das contrapartidas já estão em andamento

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**O presidente da Fips, João Almeida, prevê que a movimentação ferroviária no Porto de Santos passe das atuais 51 milhões de toneladas para 94 milhões dentro de cinco anos**  
Crédito: Cássio Lyra/BE News

**VAMOS FECHAR 2023 COM A MOVIMENTAÇÃO DE 51 MILHÕES DE TONELADAS. O DESAFIO É CRIAR CAPACIDADE NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS DE 51 PARA 94 MILHÕES. ESTAMOS FALANDO EM CRESCER 83%. SE NÃO BASTASSE O DESAFIO DE CRESCER, A GENTE TEM QUE EXECUTAR OBRAS, FAZENDO SEMPRE COM QUE A PRODUÇÃO CRESÇA”**

**JOÃO ALMEIDA**  
presidente da Fips

O presidente e diretor de operações da Ferrovia Interna no Porto de Santos (Fips) participou de um evento em Santos (SP), no qual apresentou e atualizou o plano de ações de que a cessionária responsável pela malha ferroviária do cais santista é responsável. Segundo João Almeida, a Fips tem a missão de ampliar a capacidade ferroviária no Porto de Santos em 83% nos próximos cinco anos, visando atender a demanda prevista de volume de cargas pelo modal.

Além do presidente, todo o corpo técnico da Fips esteve presente no GBM Day, evento promovido pela GBM, empresa de tecnologia e consultoria de logística, realizado na terça-feira (5), no Hotel Sheraton, em Santos.

Junto com João Almeida, o diretor de operações da Fips, Edison Citelli, afirmou que as operações ferroviárias dentro do Porto de Santos atualmente estão chegando ao seu limite. O principal desafio se mostra ser aumentar essa capacidade.

“Vamos fechar 2023 com a movimentação de 51 milhões de toneladas. O desafio é criar capacidade nos próximos cinco anos de 51 para 94 milhões. Estamos falando em crescer 83%. Se não bastasse o desafio de crescer, a gente tem que executar obras, fazendo sempre com que a produção cresça”, comentou Citelli.

Ao BE News, João Almeida classificou o crescimento de 83% como um salto gigantesco e disse que a empresa sabe da ciência e importância da conclusão das obrigações previstas no contrato com a Autoridade Portuária de Santos (APS).

“Todos os incrementos de obras, modificações operacionais que estamos fazendo, é olhar para 2028 e pular para uma capacidade de 94 milhões de toneladas. É quase o dobro. As obras que as ferrovias estão realizando serra acima vão conseguir trazer um volume muito maior em um curto espaço de tempo. Então, se não estivermos preparados para receber esse volume novo que chegará, isso pode tornar Santos um gargalo, e isso não podemos deixar acontecer de jeito nenhum”, comentou.

**Atualização**

De acordo com a empresa, três obras de responsabilidade da Fips já se encontram em execução, sendo elas o pátio do bairro Macuco, para atender o cluster de celulose na margem direita do porto; ampliação do pátio de Conceiçãozinha na margem esquerda; e a construção da pera ferroviária na margem direita. Segundo Citelli, quatro projetos estão em estudos de engenharia, dois em planejamento e quatro seguem em análise com o corpo técnico.

“Entregamos o cronograma das obrigações para a Autoridade Portuária dentro do prazo contratual e estamos aguardando o retorno para fazer um alinhamento final de como será daqui para frente. A obra do Macuco está em andamento, que são as três linhas para atender terminais de celulose. A pera, nós começamos com um ponto mais sensível para não impactar as operações. Começamos a obra por um reforço e a troca de um pontilhão ferroviário bem na entrada da pera. Ela é sensível no ponto de vista de que é preciso interditar o trecho e isso não se podia fazer no período de safra. Com o final do período, pudemos nos organizar sem comprometer as operações”, comentou.

Almeida ainda comentou sobre a possibilidade de o novo viaduto na entrada do Porto de Santos ser viabilizado pela Ecovias, concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI). “Houve uma reunião desse assunto, mas a coisa não andou. Vemos com bons olhos e estamos discutindo as possibilidades”, analisou.

### **GBM Day**

A GBM, que atua em oito estados brasileiros, para serviços de tecnologia e consultoria logística, realizou o evento para que empresas, principalmente voltadas para a movimentação de grãos e que atuam no agronegócio.

“Um evento como esse é importante porque discutimos modelos de tecnologias que possam aumentar a modernidade no Porto de Santos. A tecnologia é um dos pilares de aumento na movimentação de cargas e o objetivo é utilizar cada vez mais, para que a gente consiga automatizar processos e acelerar pontes no setor”, comentou o CEO da GBM, Guilherme Macário.

O evento contou com a participação de terminais como a ADM, CLI, além das concessionárias Rumo e MRS, e da Autoridade Portuária de Santos.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 06/12/2023*

## **REGIÃO NORTE - COMPLEXO PORTUÁRIO DE PORTO VELHO ABRE EDITAL PARA DOAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS**

Administração do porto espera que o chamamento público fortaleça modelo de negócios instalados na zona portuária

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



A Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia (SOPH), empresa pública que administra o Porto de Porto de Velho (RO), publicou o edital de aviso público de áreas arrendáveis e chamamento de interessados para a utilização da infraestrutura do Porto e doação de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA).

Os estudos técnicos servirão para subsidiar a modelagem de futuros arrendamentos em nove áreas públicas operacionais disponíveis no Porto de Porto Velho, conforme Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ). Deverão ser elaborados levantamentos voltados à demanda de instalações para movimentação de diversos tipos de cargas como granel sólido, granel líquido e gasoso, carga geral e contêiner.

Os interessados devem enviar o requerimento de manifestação de interesse para o e-mail [gabportopv@gmail.com](mailto:gabportopv@gmail.com). A documentação completa e descrição de todo o processo está disponível no Edital nº 001/2023, publicado no site do Porto de Porto Velho ([rondonia.ro.gov.br/soph](http://rondonia.ro.gov.br/soph)), na aba “Oportunidades de Negócios”.

Após o recebimento da manifestação do interessado, será publicado em até dez dias, no site institucional do Porto, o resultado da habilitação e qualificação, ou não, no Edital. As autorizadas terão o prazo de 120 dias, contados da publicação da autorização no site da SOPH para apresentar os estudos à Autoridade Portuária.

Segundo o coordenador de gestão portuária, Luiz Gustavo Braga, o Porto espera que o chamamento público atraia não só novos parceiros comerciais, como também fortaleça os modelos de negócio já instalados na zona portuária. “Com mais movimentações sendo efetuadas pelo nosso terminal portuário, o Porto pode mostrar seu potencial e capacidade de eficiência operacional em relação a outros terminais da região e no cenário nacional”, destaca.

A destinação de novas áreas atende à necessidade de expansão do Porto de Porto Velho e está alinhada ao Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) da empresa, visando garantir o desenvolvimento sustentável portuário, proposta que também está vinculada ao Plano Mestre.

“O progresso econômico notável de Rondônia está alinhado a esse contexto, e estamos plenamente engajados nesse processo de desenvolvimento acelerado”, afirmou o diretor-presidente da SOPH, Fernando Parente, enfatizando a importância do chamamento como catalisador do crescimento regional.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 06/12/2023**

## INTERNACIONAL - CANAL DE SUEZ SUSPENDE NAVEGAÇÃO APÓS NAVIO BATER EM PONTE

O porta-contêineres One Orpheus teve um defeito no leme e perdeu a direção

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Segundo o comunicado oficial da Autoridade Portuária que administra o Canal, quatro rebocadores foram enviados para retirar a embarcação e a navegação voltou a ser realizada horas depois/Reprodução ANSA**

A navegação no Canal de Suez, entre os mares Mediterrâneo e Vermelho, no Egito, foi suspensa por algumas horas na manhã desta quarta-feira (6), após o leme do navio One Orpheus quebrar e o porta-contêiner bater na ponte Mansi.

Segundo o comunicado oficial da Autoridade Portuária que administra o Canal, quatro rebocadores foram enviados para retirar a embarcação e a navegação voltou a ser realizada horas depois, apenas com alguns desvios.

“Todos os navios vindos do norte conseguiram cruzar a bacia da maneira usual, e o movimento marítimo do sul foi tranquilo mesmo após o acidente. Alguns navios do comboio vindo do sul foram desviados”, explicou Osama Rabie, presidente da Autoridade do Canal.

O One Orpheus tem 336 metros de comprimento e capacidade de transporte de 101 mil toneladas. Ele fazia parte de um comboio que partiu de Singapura com destino à Holanda.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 06/12/2023**

## NAVEGAÇÃO - PORTOS RS CONCLUI PRIMEIRA SEMANA DA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO EM RIO GRANDE

Draga Utrecht trabalha no canal de acesso 24 horas por dia

Por Cássio Lyra [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Trabalhos estão sendo realizados pela draga Utrecht, da empresa Van Oord (Foto: Divulgação/Portos RS)**

A Portos RS, Autoridade Portuária dos portos do Rio Grande do Sul, concluiu a primeira semana dos serviços de dragagem de manutenção do canal de acesso ao Complexo de Rio Grande. Os trabalhos seguem o cronograma previamente estabelecido, com a retirada dos sedimentos acontecendo por setores.

De acordo com a Autoridade Portuária, a draga Utrecht, da empresa Van Oord Serviços de Operações Marítimas, vencedora da licitação, trabalha 24 horas por dia desde o início da obra.

De acordo com a Diretoria de Infraestrutura da Portos RS, até a última segunda-feira (4), já haviam sido realizados 38 ciclos de dragagem no canal de navegação.

Cada ciclo é composto pela retirada dos sedimentos do trecho estabelecido e todo o caminho de ida e volta percorrido pela embarcação até o sítio de despejo autorizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), distante 17 km da costa.

Até o momento, foram realizados em média nove ciclos de dragagem por dia, o que representa a retirada diária de cerca de 45 mil metros cúbicos de sedimentos. Esses números levam em consideração o trecho em que o trabalho está sendo executado, porém podem variar de acordo com o avanço do processo.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 06/12/2023



## AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### COP28: A SOLUÇÃO PARA A DESCARBONIZAÇÃO ESTÁ NO TRATAMENTO DO LIXO

A utilização do gás verde no transporte rodoviário é capaz de reduzir até 96% das emissões de carbono, avalia Maurício Carvalho

*Por Opinião 6 de dezembro de 2023 Em Agendas da COP, Mercado de gás, Transição energética*



**COP28: a chave para a descarbonização está no tratamento do lixo e na produção de biometano. Na imagem: Ônibus 100% a biometano testado em Londrina (PR), conectado à bomba em posto de abastecimento de GNV e biometano (Foto: Cortesia Compagas)**

Em sua participação na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), em Dubai, o Brasil se destaca como um dos principais produtores de energia limpa e renovável.

Apesar da necessidade urgente de redução e controle do desmatamento, o país deve avançar no tema da descarbonização de setores cruciais, como indústria e transporte, para demonstrar sua contribuição na construção de um mundo mais sustentável ambientalmente.

Nesse contexto, o biometano, também conhecido como “gás verde”, proveniente da purificação do biogás gerado a partir da decomposição de resíduos sólidos urbanos e do agronegócio, desponta como solução por ser um produto 100% renovável e que, de forma eficaz, substitui os combustíveis fósseis.

A Associação Brasileira do Biogás (ABiogás) estima que o Brasil poderá alcançar uma produção diária de cerca de 6 milhões de m<sup>3</sup> por dia até 2030, distribuídos em 86 plantas de produção.

No entanto, é alarmante observar que apenas 63% dos municípios brasileiros dispõem adequadamente os seus resíduos em aterros sanitários, o que resulta em um descarte inadequado de aproximadamente 30 milhões de toneladas de lixo anualmente, de acordo com o mais recente Diagnóstico da Política Nacional de Resíduos Sólidos, divulgado pela Conferência Nacional dos Municípios (CNM).

Os números confirmam o diagnóstico do Governo Federal e reforçam como o biometano deve, mais uma vez, ser uma solução protagonista na COP28 para redução de emissões de metano, pois já está sendo utilizado de forma bem-sucedida no processo produtivo de grandes indústrias e, também, no abastecimento de veículos leves e pesados, em substituição a todo tipo de combustível poluente, como diesel, GLP, óleo combustível, gás natural e gasolina.

#### **Brasil precisa de política pública para dar escala ao biogás, diz Renata Isfer**

Sendo assim, o biometano é um forte aliado na redução de emissões de gases do efeito estufa dos escopos 1 e 3, pois pode também ser usado no abastecimento de frotas terceirizadas de empresas e no transporte rodoviário em geral.



Os mercados mais avançados em termos de tecnologia e industrialização há algum tempo já indicam que o caminho para a transição energética é adotar o “gás verde” gerado a partir dos resíduos.

A Europa está superando as metas de produção e batendo recordes, com mais de 1.300 plantas produtoras de biometano em 2023, um aumento de 30% em comparação a 2021, conforme indicado pelo Mapa do Biometano, publicado em colaboração pela Associação Europeia de Biogás (EBA) e pela Infraestrutura de Gás Europeia (GIE), que registrou a instalação de mais de 300 novas unidades somente este ano.

A razão pela qual o biometano é amplamente considerado a principal solução para a descarbonização se torna cada vez mais evidente na prática. Um recente estudo espanhol do Instituto de Investigación Tecnológica da Universidad Pontificia Comillas revelou que Portugal e Espanha conseguiram reduzir 500 mil toneladas de emissões de dióxido de carbono em 2022, graças à adoção de biometano no transporte rodoviário.

A utilização do gás verde no transporte rodoviário é capaz de reduzir até 96% das emissões de carbono. Como exemplo, um único caminhão que percorre, em média, 14.500 km por mês pode evitar a emissão de 231 toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente por ano ao mudar do combustível fóssil para o biometano, o que equivale a plantar 133 árvores.

Além disso, ao produzir e adotar o biocombustível, evita-se duas vezes a emissão de gases poluentes. Primeiro porque o biometano é produzido a partir do metano gerado pela decomposição dos resíduos, evitando que chegue à atmosfera.

Em seguida, ao disponibilizar para empresas uma solução renovável que substitui em definitivo os combustíveis fósseis, evita-se novas emissões, em um ciclo virtuoso de proteção do meio ambiente.

Embora o Brasil já seja líder na produção do biocombustível na América Latina, há margem para muitos avanços, como o aumento do tratamento correto de resíduos urbanos.

Para melhorar a gestão de resíduos no Brasil, é fundamental investir em infraestrutura eficiente de coleta seletiva e na implementação de tecnologias avançadas de tratamento de resíduos, além de incentivar o investimento privado em projetos de soluções ambientais.

Esses esforços devem envolver o governo, a indústria, a sociedade civil e a população em geral. A má gestão de resíduos não representa apenas uma ameaça ao meio ambiente, à saúde da população e à biodiversidade das regiões, mas também é o principal obstáculo para que o Brasil assuma um papel de liderança na transição energética global.

### **Brasil será um dos 5 maiores produtores de biometano do mundo, prevê IEA**

Além disso, vale lembrar que o Brasil tem uma vocação natural para a produção do biocombustível, dado o tamanho e a relevância do agronegócio no país, cujos rejeitos servem de matéria-prima para a produção do biometano.

Se todo o potencial do Brasil for aproveitado para produção do biometano, será capaz de suprir 70% da demanda de diesel do país, trocando um combustível fóssil importado por uma solução ambiental produzida em território nacional.

É importante lembrar dos objetivos centrais da COP28, que é demonstrar o avanço no compromisso dos países em reduzir as emissões de metano em 30% até 2030 em relação aos níveis de 2020, e limitar o aumento da temperatura global média anual a 1,5°C. Para atingir essas metas, é preciso incentivar o investimento em soluções renováveis para suprir a crescente demanda de energia limpa.

O potencial do Brasil o coloca como protagonista da transição energética global. E o biometano é revolucionário como a principal solução para a descarbonização.



Este artigo expressa exclusivamente a posição do autor e não necessariamente da instituição para a qual trabalha ou está vinculado.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 06/12/2023

## GERAÇÃO PRÓPRIA DE ENERGIA ATINGE 25 GW NO BRASIL

Minas Gerais e São Paulo lideram na capacidade instalada de geração distribuída, com 3,3 GW cada  
*Por epbr 6 de dezembro de 2023 Em Energia solar, Setor elétrico*



**Sistemas de geração solar fotovoltaica em mais de 50 condomínios na região do Jardim Botânico, no Distrito Federal (Foto: Divulgação EcoEnergy)**

BRASÍLIA — As instalações de geração própria de energia no Brasil alcançaram, em novembro, 25 gigawatts (GW) de capacidade. Desse total, 24,8 GW vem de painéis solares montados em residências, prédios e terrenos.

O restante corresponde a centrais geradoras hidrelétricas, térmicas a biogás e biomassa e turbinas

eólicas isoladas.

Com um crescimento de mais de 6 GW no ano de 2023, a geração distribuída responde por mais de 10% da produção de energia elétrica do país e cerca de 70% da capacidade solar, de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD).

Atualmente, a geração própria de energia conta com 2,2 milhões de usinas de microgeração e minigeração distribuídas pelo país e 3,2 milhões de unidades consumidoras. A classe residencial lidera em potência instalada, com 12 GW, seguida pela comercial (7,2 GW), rural (3,7 GW) e industrial (1,8 GW).

Por estado, Minas Gerais e São Paulo ocupam o topo do ranking com 3,3 GW, cada. Rio Grande do Sul (2,5 GW) e PR (2,3 GW) vêm logo atrás.

Outros cinco estados também ultrapassam a marca de 1 GW: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

### Mais de 36 GW fotovoltaicos

O Brasil ultrapassou em novembro os 36 GW de capacidade instalada de energia solar fotovoltaica. Desse total, 25 GW são de sistemas de geração distribuídas e mais de 11 GW em usinas centralizadas.

O último complexo fotovoltaico a entrar no ranking das maiores usinas do país foi Hélio Valgas (662 MWp), o quinto maior do Brasil, em Várzea da Palma, Minas Gerais.

A usina foi inaugurada em 9 de novembro pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).

O complexo, um empreendimento da Comerc Energia e da Vibra, teve investimentos de R\$ 2 bilhões. A usina já tem quase a totalidade de sua capacidade produtiva alocada para a Liasa, companhia nacional que é uma das maiores produtoras de sílico metálico da América Latina.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 06/12/2023

### GOVERNO DO PARANÁ PROPÕE CORTAR ICMS DO GÁS NATURAL DE 18% PARA 12%

Projeto de lei encaminhado ao Legislativo visa a equiparar a alíquota às dos demais estados do Sul e Sudeste

*Por eptr 6 de dezembro de 2023 Em Mercado de gás*



**Gasodutos em ponto de entrega de gás natural no Paraná (Foto: Compagas/Divulgação)**

RIO — O governo do Paraná encaminhou para a Assembleia Legislativa do Estado uma proposta de redução na alíquota do ICMS sobre toda a cadeia do gás natural, de 18% para 12%.

O projeto de lei 1023/2023 também ajusta a alíquota do imposto estadual sobre a energia elétrica. Nesse caso, o ICMS subirá de 18% para 19%.

Ao justificar a proposta, o Executivo alega que o objetivo da redução da carga tributária sobre o gás é equiparar o Paraná ao tratamento aplicado pelos demais estados do Sul e do Sudeste.

O governo estadual destacou, em nota, que a medida também responde a uma demanda do setor nas discussões sobre a renovação da concessão da Compagas, em prol da competitividade da indústria local.

A redução do ICMS beneficiará mais de 55 mil usuários da rede da Compagas, a distribuidora local de gás canalizado.

O corte de seis pontos percentuais na alíquota do ICMS do gás vale para todos os consumidores industriais, comerciais, residenciais e veiculares (GNV).

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 06/12/2023*

### PONDERAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O MARCO REGULATÓRIO DAS EÓLICAS OFFSHORE

Lacunas podem resultar em dependência tecnológica e desarticulação econômica e industrial, escreve Francismar Ferreira

*Por Opinião 6 de dezembro de 2023 Em Colunas e opinião, Congresso, Eólica, Mercado offshore*



**(Foto: David Will/Pixabay)**

Na semana passada (29/11), foi votado no Congresso Nacional o projeto de lei 11.247/2018, que versa sobre a regulamentação da geração de energia offshore no Brasil.

Analisando especificamente o que se refere às eólicas offshore, o PL apresenta ao mercado o potencial de geração energética dessa fonte, mas não define parâmetros fixos para a promoção da indústria nacional, como o volume de investimentos em Pesquisa e

Desenvolvimento (P&D) e critérios para a distribuição da riqueza gerada.

Essas lacunas podem resultar em dependência tecnológica e desarticulação econômica e industrial do país.

Em seu o artigo 5º, o PL aponta duas formas de disponibilização de áreas para geração de energia eólica offshore.

A primeira consiste na oferta permanente, na qual o poder concedente delimita áreas para exploração a partir da solicitação de interessados, na modalidade de autorização. A segunda é a oferta planejada, na qual áreas pré-delimitadas são ofertadas mediante procedimento licitatório.

Nesse sentido, o PL 11.247/2018 permite uma atuação relativamente passiva do Estado no planejamento, estruturação e geração de energia eólica offshore, o que poderá implicar riscos para a soberania energética, considerando o potencial energético eólico offshore, estimado pela EPE em 700 GW – cifra 3,5 vezes maior que a atual capacidade de 196,5 GW de geração de energia elétrica no Brasil (Aneel).

Em paralelo à tramitação do projeto, diversas empresas, inclusive petroleiras, protocolaram pedidos de licenciamento de projetos eólicos offshore junto ao Ibama.

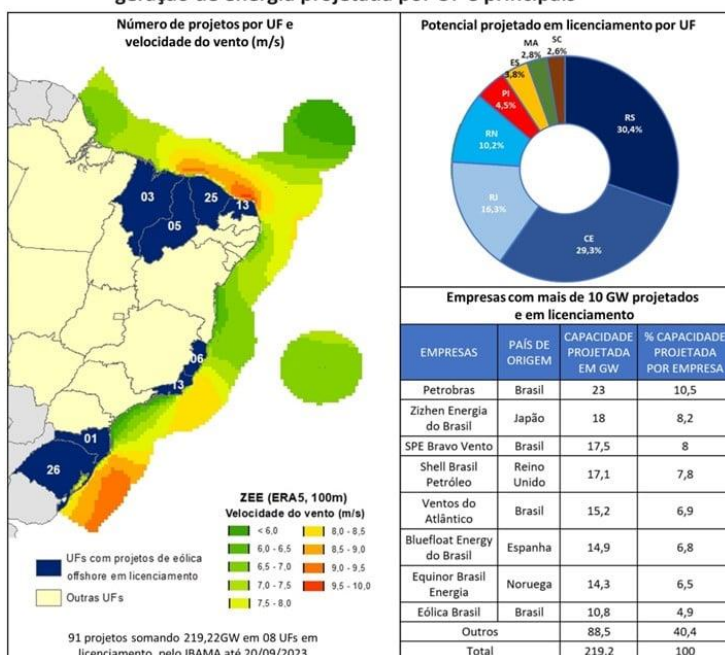
Até setembro de 2023, foram protocolados 91 pedidos em oito estados com potencial de geração de energia elétrica total de 219,22 GW, como mostra a figura abaixo.

Esses projetos poderiam aumentar em 8 vezes a capacidade atual de geração de energia eólica do Brasil, ainda restrita ao onshore, que é de 27,5 GW segundo a Aneel, ou até mesmo duplicar a capacidade de geração de energia elétrica do país.

A Petrobras protocolou o licenciamento de 10 projetos junto ao Ibama, dos quais nove se encontram sobrepostos a áreas com licenciamento já protocolados por outras empresas. Essa situação também é verificada em outros processos que não envolvem a Petrobras.

Nesses casos, o PL prevê que o poder concedente deverá submeter essas áreas à oferta planejada. Apesar desse movimento possibilitar a reorganização da maioria dos projetos, ele mantém o potencial de geração de energia eólica offshore disponível ao mercado.

Distribuição espacial dos projetos de eólicas offshore e potencial de geração de energia projetada por UF e principais



Distribuição espacial dos projetos de eólicas offshore e potencial de geração de energia projetada por UF e principais (Fontes: Ibama, 2023 e EPE, 2020)

As formas de disponibilização de áreas, o número de projetos e empresas interessadas no segmento eólico offshore sinalizam que o Estado brasileiro está abrindo mão passivamente tanto do potencial de geração de energia renovável, quanto de liderar o processo de descarbonização de nossa matriz e explorar as novas rotas tecnológicas, tais como a produção de hidrogênio verde (H2V), que é uma alternativa promissora para substituir os combustíveis fósseis.

Uma importante adição ao texto aprovado foi a menção referente à promoção da indústria nacional.

No entanto, não foram definidas condições e parâmetros mínimos para a participação das empresas, o que deixa dúvidas quanto à articulação do setor com a indústria nacional.

Aliás, esses projetos demandam tecnologias sofisticadas de alto custo e requerem fortes estímulos em P&D.

### **Investimentos em P&D e royalties das eólicas offshore**

Na redação do PL 576/2021, do Senado Federal e utilizado como base do PL 11.247/2018, era previsto um percentual mínimo de investimentos de 1% da receita operacional líquida das empresas.

No texto aprovado, essa obrigatoriedade foi retirada e a responsabilidade pelos investimentos em P&D foi conferida à União, que deverá investir os recursos provenientes da taxa de ocupação de área.

Contudo, não foi estabelecido um teto mínimo para essa cobrança. Assim, a não obrigatoriedade de investimentos em P&D e a indefinição de um valor mínimo para a taxa de ocupação de área poderão resultar na maior dependência tecnológica do país.

Outro ponto sensível do PL consiste no pagamento de participação proporcional (royalties). Na redação original do PL 576/2021, a participação seria de 5% sobre o montante da energia gerada e comercializada.

Posteriormente, durante a tramitação do projeto, esse percentual caiu para 1,5% e, no texto aprovado na Câmara, não é definido o percentual mínimo de pagamento da participação proporcional, o que pode representar uma renúncia fiscal pelo poder público e uma distribuição desigual das riquezas geradas.

Em suma, o Brasil tem um grande potencial de geração de energia eólica offshore que poderá contribuir para o desenvolvimento nacional.

A regulação dessas atividades é um elemento chave para a garantia da soberania e da segurança energética do país, assim como para a inserção definitiva na transição energética justa. Porém, para isso, é fundamental realinhar o PL que agora será analisado pelo Senado.

Este artigo expressa exclusivamente a posição do autor e não necessariamente da instituição para a qual trabalha ou está vinculado.

*Francismar Ferreira é doutor em Geografia e pesquisador da área de Exploração e Produção do Instituto Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep).*

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 06/12/2023*



### **JORNAL O GLOBO – RJ**

## **GOVERNO LULA QUER SOLUÇÃO VIA CONGRESSO PARA IMPASSE SOBRE POLÍTICOS EM ESTATAIS**

*Por Rafael Moraes Moura — Brasília*

O governo Lula quer uma solução do Congresso Nacional para a controvérsia em torno das restrições a políticos no comando de empresas públicas impostas pela Lei das Estatais.

Conforme antecipou a equipe da coluna, a administração petista montou uma estratégia jurídica e política para o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de uma ação do PCdoB que contesta trechos da Lei das Estatais.

“O problema tem de ser resolvido na política, no Congresso, e não no Supremo”, disse reservadamente à equipe da coluna um integrante do primeiro escalão do governo.



**Lula e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates — Foto: Reprodução**

A primeira etapa da articulação já foi colocada em prática, com o pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro Kassio Nunes Marques, que interrompeu nesta quarta-feira (6) o julgamento e empurrou o desfecho para o ano que vem, justamente como queria o Palácio do Planalto.

Um dos receios do Planalto é o de que o plenário da Corte derrube a liminar concedida, em março deste ano, por Ricardo Lewandowski, que derrubou restrições para políticos assumirem

postos estratégicos em estatais.

Nas contas de integrantes do governo, na atual composição do STF seria difícil chegar a um total de cinco votos na sessão de hoje para acompanhar o entendimento de Lewandowski. Para derrubar as restrições, são necessários um total de seis votos, contabilizado já o de Lewandowski.

O que está em jogo é a liminar de Lewandowski que derrubou a quarentena obrigatória de três anos para dirigentes partidários e pessoas que tenham trabalhado no comando de campanhas eleitorais assumirem cargos de direção em estatais.

Entre os que poderão ter que deixar os postos se a restrição for mantida pelo Supremo estão o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, o presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, e vários secretários e ministros que hoje ocupam cargos em conselhos dessas empresas.

Agora, com o pedido de vista de Nunes Marques, o foco do governo se volta para a articulação política com outro poder – o Congresso Nacional.

No fim de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou em uma votação relâmpago um projeto que diminui para 30 dias a quarentena necessária para ser indicado a presidente e diretor das empresas públicas. Mas a lei não está valendo porque ainda não foi aprovada pelo Senado.

Com o pedido de vista no Supremo, o Planalto deve mobilizar os operadores políticos do governo para viabilizarem a aprovação do projeto no Senado.

Segundo a equipe da coluna apurou, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, já foi alertado de que precisa entrar em campo para garantir a aprovação do projeto – e de que a solução via Parlamento é o melhor dos cenários para o impasse.

A Lei das Estatais foi criada durante o governo Michel Temer (MDB) para blindar a Petrobras de ingerências políticas, após os desvios bilionários de corrupção que vieram à tona durante a Operação Lava-Jato.

Conforme informou a equipe da coluna, a Advocacia-Geral da União (AGU) entregou aos ministros do Supremo seus argumentos finais para defender o afastamento das restrições, ou seja, para manter de pé o entendimento da liminar de Lewandowski.

Para o governo Lula, políticos são tão qualificados para ocupar esses cargos nas estatais quanto executivos do setor privado, que são “igualmente sujeitos a influências”.

No documento, o ministro da AGU Jorge Messias diz que a restrição é “inadequada e excessiva” e alega que “não se pode, a priori, punir a participação político-partidária, sob pena de violação ao direito fundamental à liberdade de expressão política”.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 06/12/2023

### EM DIA DE VOTAÇÃO NA ALESP, TARCÍSIO DIZ QUE ESTÁ 'OTIMISTA' COM APROVAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

Governador esteve na Câmara dos Deputados, em Brasília, em evento ao lado de Bolsonaro  
Por Gabriel Sabóia — Brasília



**Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas — Foto: Marcelo S. Camargo/Governo do Estado de SP**

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), se disse "otimista" em relação à privatização da Sabesp, que deve ser votada nesta quarta. Durante visita à Câmara, ele classificou como "normais" os embates entre parlamentares vistos na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) ao longo da discussão do assunto.

Na terça, durante a aprovação do encerramento da discussão na Casa Legislativa, as interrupções constantes às falas dos deputados fizeram com que o presidente da Casa, André do Prado (PL), ameaçasse fechar as galerias em mais de uma ocasião. Houve protestos também fora da Alesp.

— Minha expectativa é de aprovação, estou otimista. Qualquer sessão com enfrentamento ideológico tem enfrentamento. Está tudo dentro do normal, temos mais da metade dos votos necessários — resumiu.

A autorização da privatização da Sabesp deve ser votada nesta quarta na Alesp. Esta é uma das principais bandeiras de Tarcísio. O texto, de autoria do Executivo, foi enviado à Casa em 17 de outubro e tramita em regime de urgência. Houve apenas uma audiência pública sobre o tema.

Tarcísio esteve na Câmara com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante lançamento da frente parlamentar em defesa das escolas cívico-militares. Cotado para ser lançado para a Presidência em 2026, o governador foi elogiado por Bolsonaro e chamado de "vencedor". Tarcísio, por sua vez, se referiu a Bolsonaro como "eterno presidente".

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 06/12/2023

### GOVERNO BRASILEIRO PAGA R\$ 3,8 BI EM DÍVIDAS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS, DIZ PLANEJAMENTO

Do total pago este ano, R\$ 2,4 bilhões se referem a passivos de anos anteriores. Segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento, atrasos nas contribuições ocorreram nos últimos seis anos  
Por Vinicius Neder — Rio



**Os ministros Mauro Vieira (Relações Exteriores) e Simone Tebet (Planejamento), ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin, na reunião do Mercosul — Foto: Hermes de Paula**

O Brasil pagou este ano um total de R\$ 3,8 bilhões em dívidas com organismos multilaterais, informou o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Segundo a pasta, o Brasil acumulou atrasos nas contribuições para "aproximadamente 120 organismos e fundos internacionais" nos últimos seis anos. Desse total, R\$ 2,4

bilhões são passivos de anos anteriores e R\$ 1,4 bilhão são contribuições do exercício de 2023.

Um dos destaques entre os pagamentos foram as contribuições para o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), no valor de US\$ 99 milhões. Nesta quarta-feira, foram pagos também R\$ 14,6 milhões ao Instituto Social do Mercosul (ISM).

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, tratou da regularização dos pagamentos, em discurso nos encontros de cúpula do Mercosul, que ocorrem no Rio.

– É com grande satisfação que ressalto que o governo brasileiro efetuou pagamentos referentes às suas obrigações financeiras com diversos órgãos do bloco – disse Vieira, no discurso de abertura da 63ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, na manhã desta quarta-feira. – Pagamos quase US\$ 100 milhões de dólares ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, que tem uma agenda de impacto concreto na vida das populações – completou.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, participou da abertura da reunião, ao lado de Vieira e do vice-presidente Geraldo Alckmin.

### Recursos para municípios da fronteira

A regularização das contribuições ao Focem permite que sejam aprovados novos projetos de investimento em território brasileiro. Segundo o MPO, há disponível um total de US\$ 70 milhões, em recursos não-reembolsáveis, que podem ser pleiteados por prefeituras de cidades na fronteira.

“O Focem beneficia entes subnacionais e instituições localizadas na fronteira com países do bloco. Para apresentar um projeto, é preciso que a cidade beneficiada esteja na faixa de fronteira com os países do Mercosul”, diz uma nota do MPO, explicando que a faixa inclui as localidades até 150 km para além da linha de fronteira.

O MPO é o responsável pelas contribuições aos organismos multilaterais. De acordo com a pasta, os atrasos nessas obrigações somavam R\$ 5 bilhões até o fim do ano passado, incluindo aí pagamentos referentes ao exercício de 2023. “Ainda resta pagar até o final do ano cerca de R\$ 1,2 bilhões para saldar toda a dívida com organismos internacionais”, diz a nota do MPO.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 06/12/2023*

## GOVERNO ESPERA FINALIZAR VOTAÇÃO DE PROJETO QUE RENDE R\$ 35 BI NA SEMANA QUE VEM

Presidente da comissão especial afirma que leitura do relatório ocorrerá nesta quinta-feira

*Por Victoria Abel — Brasília*



**Senador Rogério Carvalho (PT-SE). — Foto: Geraldo Magela/Agência Senado**

A base do governo espera finalizar a votação da medida provisória (MP) que aumenta a tributação de empresas que têm benefícios de ICMS para custeio até o final da semana que vem. A proposta de subvenção do imposto estadual pode render mais de R\$ 35 bilhões. O presidente da comissão especial do Congresso Nacional que analisa a MP, senador Rogério Carvalho (PT-SE), disse que o relatório da matéria será apresentado nesta quinta-feira.

— Estamos discutindo o acordo para apresentar o relatório amanhã. Se alguém pedir vista, devemos votar na segunda-feira. Creio que votará na segunda. Se não, votamos na terça-feira, enviamos para a Câmara, que vai votar o mais rápido possível, e volta para o Senado. Tudo na semana que vem — afirmou.

O mesmo texto também vai incluir mudanças no Juros sobre Capital Próprio (JCP), modalidade de distribuição de lucros de acionistas em grandes empresas, mas o formato ainda não está fechado.

— Esse é um dos temas que dificulta o avanço do texto — disse Carvalho.

A ideia inicial do governo era aprovar um projeto de lei que acabaria com o JCP, com ganho de até R\$10 bilhões para os cofres públicos. Mas o Ministério da Fazenda já cedeu e topou apenas limitar a forma de distribuição de ganhos. Dessa forma, o impacto será menor.

A MP de subvenção do ICMS retoma parte da tributação federal de grandes empresas que possuem benefícios fiscais de ICMS. A proposta regulamenta o fim de isenções fiscais em impostos federais (IRPJ, CSLL e PIS/Cofins) para atividades de custeio em empresas que possuem incentivos estaduais de ICMS. A comissão especial com deputados e senadores para a análise da proposta foi instalada na semana passada.

O texto inicial do governo previa o pagamento total das dívidas tributárias acumuladas pelas empresas. Depois, na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aceitou dar um desconto de até 65% para o montante. No entanto, o Congresso insistiu e pediu para aumentar o abatimento para 80%. O ministério da Fazenda aceitou, mas ainda se discute com os parlamentares o prazo de pagamento das dívidas, de um ano ou 6 meses.

Apesar do avanço no mérito do texto, líderes da Câmara dos Deputados afirmam que o impasse no campo político pode jogar a votação para daqui duas semanas. Parlamentares cobram, por exemplo, o pagamento de emendas e a entrega de cargos.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 06/12/2023*

## COMPANHIAS AÉREAS ESPERAM RECORDE DE 4,7 BILHÕES DE PASSAGEIROS EM 2024

No próximo ano, os ganhos líquidos das empresas devem "estabilizar-se" em cerca de US\$ 25,7 bilhões (R\$ 127 bilhões)

*Por AFP — Genebra, Suíça*



*Planes are seen at the Benito Juarez International Airport in Mexico City — Foto: DANIEL SLIM/AFP*

Depois de alguns anos afetadas pela pandemia, as companhias aéreas esperam transportar em 2024 um "recorde histórico" de 4,7 bilhões de passageiros no mundo, superando os 4,54 bilhões de 2019, antes da crise de saúde.

A partir de 2023, as companhias aéreas superaram os efeitos da Covid-19 em suas contas e saíram do vermelho, com ganhos líquidos acumulados em US\$

23,3 bilhões (R\$ 115 bilhões), segundo a Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA). Em 2024, devem "estabilizar-se" em cerca de US\$ 25,7 bilhões (R\$ 127 bilhões).





Em relação ao faturamento, o setor deve alcançar um nível sem precedentes de US\$ 964 bilhões (R\$ 4,73 trilhões), acima dos US\$ 896 bilhões (R\$ 4,43 trilhões) estimados para 2023 e os US\$ 838 bilhões (R\$ 3,37 trilhões na época) registrados em 2019.

Mas o panorama é diferente de acordo com a região: os lucros das companhias dos Estados Unidos, Europa e Oriente Médio ficarão estáveis em 2024.

Em déficit em 2023, as companhias da Ásia-Pacífico também sairão do vermelho em 2024, segundo a IATA, que prevê que as africanas e sul-americanas continuarão em déficit por mais um ano.

As companhias áreas estão entre os setores econômicos mais afetados pela crise sanitária, devido ao fechamento de fronteiras e restrições de mobilidade. Entre 2020 e 2022 acumularam perdas de cerca de US\$ 183 bilhões (R\$ 906 bilhões).

"Dadas as perdas massivas dos últimos anos", os lucros esperados em 2024 "ilustram a resistência do setor aéreo", afirmou o diretor-geral da IATA, Willie Walsh, que celebrou "o ritmo extraordinário da recuperação".

No entanto, "parece que a pandemia custou ao setor quatro anos de crescimento", apontou Walsh à imprensa na sede da organização em Genebra (Suíça).

### Normalização

"A partir de 2024, as previsões mostram que podemos esperar trajetórias de crescimento mais normais, tanto em relação aos passageiros quanto às cargas", segundo o diretor-geral.

O transporte de mercadorias perdeu rentabilidade. Seu faturamento deve alcançar US\$ 111 bilhões (R\$ 549 bilhões) em 2024, contra US\$ 210 bilhões em 2021 (R\$ 1,17 trilhão na cotação da época), ainda acima dos US\$ 101 bilhões em 2019 (R\$ 407 bilhões na cotação da época).

Em transporte de passageiros, a forte recuperação de 2023 levou a uma alta dos preços das passagens, já que a demanda por viagens foi superior à capacidade das companhias, afetadas por entregas atrasadas de aeronaves e outras dificuldades operacionais.

A tendência deve perder força em 2024, mas sem chegar a se inverter, afirma a IATA. As taxas de ocupação dos aviões já voltaram aos níveis pré-pandemia. Porém, Walsh destacou que a rentabilidade do transporte aéreo é fraca em comparação a outros setores, com um lucro médio por passageiro de apenas US\$ 5,45 (R\$ 26).

Seus custos seguirão inflacionados pelos preços dos combustíveis: em 2024, a conta da querosene deve ser de US\$ 281 bilhões (R\$ 1,39 trilhão), o que representa 31% das despesas operacionais.

O panorama da IATA se baseia no preço do barril a US\$ 113,8 em 2024 (R\$ 559), quando em 2019 era de US\$ 79,7 dólares (R\$ 321 na cotação da época).

Segundo estas previsões, reveladas em plena cúpula climática da COP28, as companhias aéreas devem consumir 374 bilhões de litros de combustível em 2024, o que emitirá 939 milhões de toneladas de CO2 na atmosfera.

O transporte aéreo representa menos de 3% das emissões globais de CO2, mas é frequentemente destacado porque só é utilizado por uma minoria da população mundial.

O setor se comprometeu a chegar a "zero emissões líquidas" de CO2 até 2050.

## AÇÕES DA BRASKEM SERÃO EXCLUÍDAS DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA B3 APÓS DESASTRE EM MACEIÓ

Decisão vale a partir de sexta-feira, dia 8, após afundamento de solo e risco de desabamento de mina

Por O GLOBO — São Paulo



**Unidade da Braskem: após desastre em Maceió, empresa será excluída do ISE da B3 — Foto: Luke Sharrett/Bloomberg**

pregão, mas não farão mais parte do grupo de comprometimento com a sustentabilidade empresarial".

As ações da Braskem deixarão de integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, a partir da próxima sexta. A decisão ocorre em meio ao afundamento de solo e risco de colapso em Maceió (AL), em uma área de mina operada pela empresa. Desde o dia 30 de novembro, o solo já cedeu 1,86 m na região. Os papéis da empresa continuarão sendo negociados no mercado, mas não farão mais parte do grupo de comprometimento com a sustentabilidade empresarial".

A B3 informou em comunicado que a participação da Braskem no ISE será redistribuída proporcionalmente às demais ações integrantes da carteira. A Bolsa iniciou no início de dezembro o chamado plano de resposta a eventos ESG relacionados ao índice em função da situação de emergência decretada pela prefeitura de Maceió.

A decisão de excluir a companhia do ISE considerou os quatro pilares divulgados no plano: o impacto ESG da crise, gestão da crise pela companhia, impacto de imagem da crise na companhia e resposta da companhia à crise.

"A decisão não deve ser tomada como pré-julgamento das responsabilidades da companhia, mas decorre da aplicação do disposto na metodologia do ISE B3, que estabelece a exclusão de ativos que "durante a vigência da carteira se envolvam em incidentes que as tornem incompatíveis com os objetivos do ISE B3, conforme critérios estabelecidos na política de gestão de riscos do índice", justificou a B3 no comunicado.

### Americanas fora do Novo Mercado

Em novembro passado, quase dez meses depois de a Americanas informar ao mercado um rombo contábil de mais de R\$ 20 bilhões, a Bolsa de Valores São Paulo, a B3, anunciou a suspensão da companhia do Novo Mercado, segmento da Bolsa onde são negociadas as ações de empresas com alto padrão de governança corporativa, por tempo indeterminado. A Americanas já havia sido excluída, em janeiro, de 14 índices da bolsa.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 06/12/2023

## CNA ESTIMA QUE PIB DO AGRONEGÓCIO VAI RECUAR 0,94% EM 2023 E TER RESULTADO NEGATIVO DE ATÉ 2% EM 2024

Por outro lado, houve recorde de produção de grãos em 322,8 milhões de toneladas na safra 2022/23

Por Renan Monteiro — Brasília

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) espera que o PIB do agronegócio feche 2023 com uma queda de 0,94%. A expectativa é de que, em 2024, o resultado varie entre um

crescimento zero e uma queda de 2%. A entidade apresentou um balanço do setor nesta quarta-feira.



**Produção do agro vai cair no próximo ano, estima setor — Foto: Pablo Jacob/16-7-2021**

Neste ano, a principal razão apontada para o resultado negativo é o comportamento “desfavorável dos preços do agronegócio”, afetando todos os seus segmentos. O aumento de custo na produção ocorreu em paralelo à queda nos preços dos commodities agrícolas no mercado internacional. Isso reduziu a margem de lucro do setor.

Ainda assim, o PIB do agronegócio pode alcançar R\$ 2,6 trilhões em 2023 — terceiro maior valor da série histórica iniciada em 1996, atrás apenas de 2021 e 2022. Ajuda nesse cenário o recorde de produção de grãos em 322,8 milhões de toneladas na safra 2022/23.

Para 2024, a relação entre custos de produção e a queda no preço das commodities também pode comprometer a receita do setor. Efeitos climáticos, sobretudo o El Niño, são outros movimentos de impacto na produtividade.

— Não foi um ano fácil. Nós tivemos problemas climáticos, queda acentuadas de preço, problemas de mercado externo — avalia o presidente da confederação, João Martins.

Em relação o setor externo, a previsão é de recorde nas exportações do agronegócio brasileiro em 2023. Até outubro, foram exportados US\$ 139,6 bilhões, crescimento de 3% em relação ao mesmo período de 2022. A expectativa é que o valor chegue a US\$ 164 bilhões até o fim do ano,

### **Balanço de 2023**

Na comparação com a safra 2021/22, os produtos de soja tiveram uma redução de 68% na margem bruta de lucro, segundo dados apresentados. Para o milho (safra do verão) a queda foi de 134%.

— Tivemos uma safra recorde, o clima foi muito bom no início deste ano, com exceção do Rio Grande do Sul. Isso ajudou muito a aumentar a produção. Porém, já havíamos informado que seria uma das safras mais caras da história. Foi um ano caracterizado por margens muito estreitas — avalia Bruno Lucchi, diretor técnico da CNA, em coletiva na manhã de quarta-feira.

O custo de produção da soja e do milho foi impactado pelo aumento dos custos com fertilizantes, defensivos agrícolas, mão de obra e outros. O custo de fertilizantes, por exemplo, aumentou em 57,8% para a soja e 80,3% para o milho (produzido no verão), em comparação com a safra de 2021/2022.

### **Seguro agro**

Fatores como a temperatura e índices de chuvas provocados pelo fenômeno El Niño vão demandar, segundo a CNA, maior volume de recursos para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). O orçamento inicial do chamado seguro agro é de R\$ 1,06 bilhão para 2024,

O setor almeja um número próximo de R\$ 3 bilhões para cobrir uma área de aproximadamente 14 milhões de hectares. O programa funciona como subsídio para os produtores (pessoa física ou jurídica), garantindo a cobertura de riscos climáticos, como o excesso de chuva ou seca. Na prática, a lavoura fica coberta pelo seguro. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, tem demandado um suplemento ao seguro.

Para a CNA, o cenário do setor agropecuário no próximo ano vai “continuar sendo impactado” pela incertezas sobre o cumprimento da meta fiscal (de zerar o déficit das contas públicas em 2024), pela aprovação da Reforma Tributária e também com o aumento da insegurança jurídica no campo.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 06/12/2023*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### A ‘CARTA NA MANGA’ DA OPOSIÇÃO A TARCÍSIO SE A PRIVATIZAÇÃO DA SABESP FOR APROVADA

Ideia no PT é apresentar uma ação de inconstitucionalidade junto ao STF para obrigar o governador a enviar uma PEC aos deputados, e não um projeto de lei

*Por Eduardo Gayer - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES*

A oposição ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), avisa que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) se a Assembleia Legislativa do Estado aprovar, na tarde desta quarta-feira, a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Essa é a principal “carta na manga” da bancada contrária à privatização, que já aposta na aprovação do projeto de lei em discussão. Em um movimento encabeçado pelo deputado federal Emídio de Souza (PT), amigo pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a oposição argumentará junto ao STF que a privatização da Sabesp não pode ser feita via projeto de lei, como está acontecendo, mas apenas por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).



**O deputado federal Emídio de Souza (PT-SP).**  
*Foto: Divulgação/Alesp*

A medida só poderá ser protocolada após a aprovação do texto por se tratar de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

A mesma argumentação já foi apresentada por Emídio junto ao Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo, mas foi indeferida. Nos bastidores, porém, deputados estaduais contrários à privatização avaliam ter mais trânsito junto ao STF do que à Justiça paulista — o que facilitaria, por exemplo, a conquista de uma

decisão liminar barrando a privatização.

Obrigar o governo estadual a recorrer a uma PEC para privatizar a Sabesp pode ser um empecilho aos planos de Tarcísio, que tem a entrega da companhia para o controle da iniciativa privada como uma promessa de campanha. Afinal, para aprovar uma mudança constitucional em São Paulo é necessário ter ao menos 57 votos em dois turnos, enquanto um projeto de lei é preciso apenas 48 votos entre os 94 deputados.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 06/12/2023*

#### CRIME NA AMAZÔNIA: QUAIS SÃO AS FACÇÕES ESTRANGEIRAS QUE DISPUTAM O DOMÍNIO DA FLORESTA

Maioria vem da Colômbia, com avanço por cidades do Amazonas, mas também há um grupo venezuelano, o Trem de Aragua, que tem se expandido por Roraima

Por Ítalo Lo Re

Embora o avanço do crime organizado na Amazônia Legal passe principalmente pela atuação de organizações brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), a presença de grupos estrangeiros na região também chama a atenção de autoridades e de especialistas. De pelo menos 22 facções identificadas por lá, cinco surgiram em países vizinhos, segundo relatório divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública na semana passada.

A maioria vem da Colômbia, com avanço por cidades próximas à fronteira do Amazonas, mas também há um grupo venezuelano, o Trem de Aragua, que tem se expandido por cidades de Roraima. Segundo pesquisadores, essas facções entram no Brasil principalmente por interesses financeiros ligados ao tráfico de cocaína. Depois de um tempo, acabam envolvidas com outros tipos de atividade, como venda de armas.

“Esses grupos (estrangeiros) não têm uma onda de rivalidade com C ou com B. A onda deles é comercializar a droga que entra no Brasil”, afirma Aiala Colares Couto, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA).



Os grupos de países vizinhos, diz o pesquisador, usam a Bacia Amazônica para transportar drogas há pelo menos três décadas, mas a presença dessas organizações em território brasileiro, continua, se ampliou na medida em que a região passou a ser ainda mais estratégica para o mercado de cocaína.

**Agente atua em operação em região de Roraima contra extração ilegal de ouro. Atuação de facções na Região Norte tem crescido Foto: Bruno Kelly/Reuters - 15/4/2016**

Conforme o Relatório Mundial sobre Drogas 2023, publicado em agosto pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês), houve crescimento de 35% das plantações de coca nos principais países onde há cultivo (Colômbia, Peru e Bolívia) em 2021.

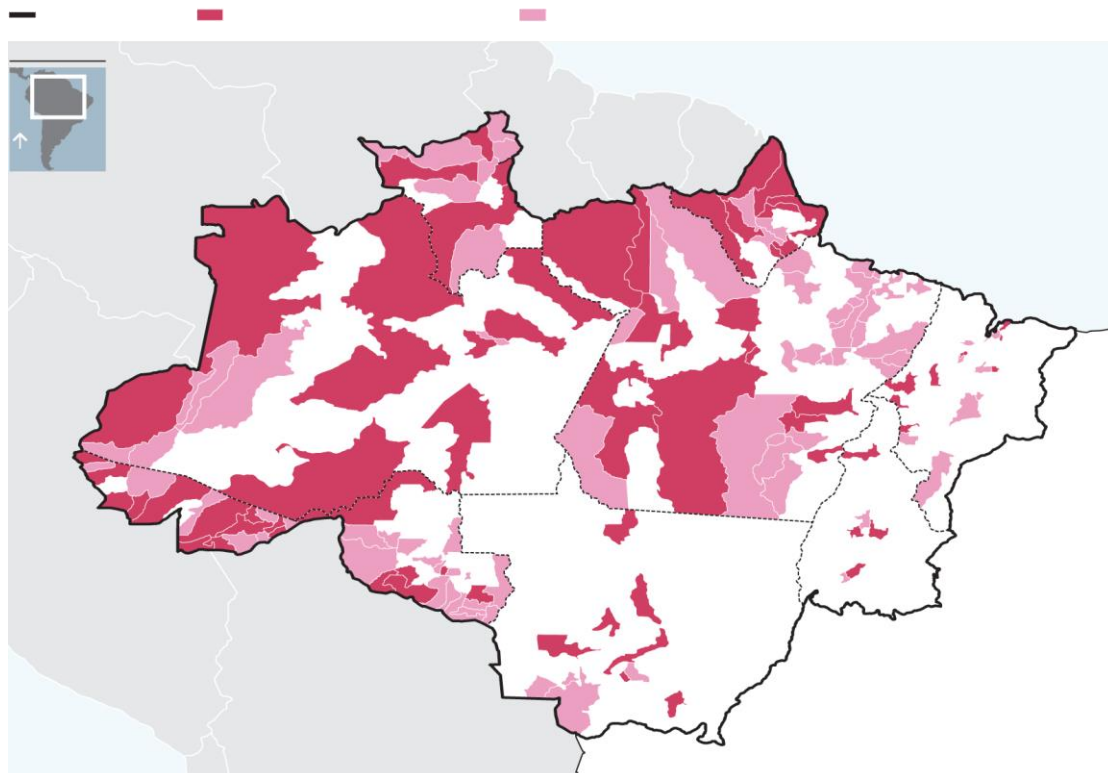
O documento apontou ainda que o narcotráfico impulsiona a ocorrência de crimes ambientais na Amazônia Legal, com a ocupação irregular de terras, extração de madeira e garimpo ilegal. A situação, alertam pesquisadores, tem relação direta com o avanço de facções por cidades da região.

### Quais são as facções estrangeiras que atuam na Amazônia Legal?

- Frente Carolina Ramirez (Ex-Farc) - com atuação no Amazonas (principalmente no município de Japurá);
- Frente Acácio Medina (Ex-Farc) - com atuação no Amazonas (principalmente no município de São Gabriel da Cachoeira);
- Estado Maior Central (EMC) - com atuação no Amazonas (principalmente no município de Japurá);
- Exército de Libertação Nacional (ELN) - com atuação no Amazonas (principalmente no município de São Gabriel da Cachoeira);
- Trem de Aragua - com atuação em Roraima (sem município específico).

“O Brasil é uma área de trânsito e um mercado consumidor importante, que só fica atrás dos Estados Unidos. Isso acaba orientando o esquema de organização deles”, diz Couto. A fronteira entre Paraguai e Mato Grosso do Sul, hoje dominada pelo PCC, é considerada a principal rota de cocaína do País, mas a Amazônia também é uma importante área de disputa.

Conforme o relatório do Fórum, dos 772 municípios da Amazônia Legal (o que inclui todos os sete Estados do Norte, além de Mato Grosso e parte do Maranhão), há presença de facções em ao menos 178 deles. Vivem nessas cidades mais da metade dos cerca de 26 milhões de habitantes da região (57,9%).



Em paralelo, ao menos 80 municípios estão em situação de disputa territorial entre duas ou mais organizações criminosas. O cenário afeta quase um terço (31,12%) da população da Amazônia, o equivalente a quase 9 milhões de pessoas.

Hoje, mesmo com a presença de organizações estrangeiras entre as ao menos 22 facções em atuação na Amazônia Legal – como as frentes Carolina Ramirez e Acácio Medina, dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) –, só o Comando Vermelho e o PCC estão em todos os Estados.

### **Qual é a principal rota de cocaína na região da Amazônia Legal?**

O Amazonas é considerado a principal porta de entrada da droga pela Amazônia, enquanto Pará e Amapá são vistos como locais de passagem, seja para o envio da droga a outros Estados, seja para a exportação para África, Ásia e Europa. Nesses destinos, um quilo de cocaína pode ser comprado por cerca de US\$ 50 mil (quase R\$ 250 mil), dez vezes mais do que em países vizinhos do Brasil.

Couto destaca que, interessado em fazer parte dessa dinâmica, o grupo venezuelano Trem de Aragua começou a dialogar com integrantes do PCC entre 2018 e 2019. Embora o Comando Vermelho seja considerado hegemônico no Norte, a organização criminosa paulista é vista por pesquisadores como a principal força de Roraima.

“Com o massacre de 2016 e 2017, o PCC conseguiu ganhar o presídio daqui e conseguiu ganhar Roraima”, afirma Rodrigo Chagas, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “Nas outras regiões, principalmente Amazonas e Pará, que são gigantescos, predomina o Comando Vermelho.”

Quais são as facções que estão em cada Estado

NOME DA FACÇÃO	ESTADOS DE ATUAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL
PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC)	TODOS DA REGIÃO
COMANDO VERMELHO (CV)	TODOS DA REGIÃO
COMANDO CLASSE A (CCA)	PARÁ
BONDE DO 157	PARÁ (MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI)
FAMÍLIA DO NORTE (FDN)	AMAZONAS
REVOLUCIONÁRIOS DO AMAZONAS (RDA)	AMAZONAS
CARTEL DO NORTE (CDN)	AMAZONAS
OS CRIAS	AMAZONAS
PIRATAS DOS SOLIMÕES	AMAZONAS
PRIMEIRO COMANDO PANDA (PCP)	RONDÔNIA
FAMÍLIA TERROR DO AMAPÁ (FTA)	AMAPÁ / PARÁ (MUNICÍPIO DE AFUÁ)
UNIÃO CRIMINOSA DO AMAPÁ (UCA)	AMAPÁ
BONDE DOS 40 (B40)	MARANHÃO
TROPA CASTELAR	MATO GROSSO (MUNICÍPIO DE SORRISO)
IRMANDADE FORÇA ATIVA RESPONSABILIDADE ACREANA (IFARA)	ACRE
BONDE DOS 13	ACRE
DEUS DA MORTE	ACRE
FACÇÕES ESTRANGEIRAS	ESTADOS DE ATUAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL
FRENTE CAROLINA RAMIREZ (EX- FARC)	AMAZONAS (MUNICÍPIO DE JAPURÁ)
FRENTE ACÁCIO MEDINA (EX- FARC)	AMAZONAS (MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA)

Tabela: Estadão - Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - Criado com [Datawrapper](#)

NOME DA FACÇÃO	ESTADOS DE ATUAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL
ESTADO MAIOR CENTRAL (EMC)	AMAZONAS (MUNICÍPIO DE JAPURÁ)
EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (ELN)	AMAZONAS (MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA)
TREM DO ARAGUÁ	RORAIMA

Tabela: Estadão - Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - Criado com [Datawrapper](#)

Segundo ele, normalmente a presença na Amazônia de organizações criminosas de países vizinhos não envolve domínio de território. “É uma relação muito mais de chegar até a fronteira”, diz ele, que relembra que os grupos colombianos se reconfiguraram após o tratado de paz entre a Colômbia e as FARC, em 2016.

“É visível como o PCC traz uma dimensão ideológica para dominar o território. O Trem de Aragua tem um discurso muito forte também. Ao que parece, os grupos da Colômbia são bem mais utilitários, precisam de um canal para escoar a droga, sem se importar para quem”, descreve o pesquisador.

### Como surgiu o Trem de Aragua, facção venezuelana presente em Roraima?

Já a movimentação do Trem de Aragua chama a atenção de pesquisadores. “É uma facção relativamente nova – nasce em 2015, no Estado do Aragua – e toma por base uma prisão da Venezuela chamada Tocorón. Essa prisão virou uma coisa meio Pablo Escobar (em referência ao megatraficante colombiano, que morreu em 1993) com zoológico, discoteca e até piscina”, afirma Chagas.

Há dois meses, o governo venezuelano fez uma grande operação no presídio para recuperar o controle do local, mas o grupo segue forte em outros espaços.

***Prisão (dominada por Trem de Aragua) virou uma coisa meio Pablo Escobar, com zoológica, discoteca e até piscina***  
*Rodrigo Chagas, pesquisador*

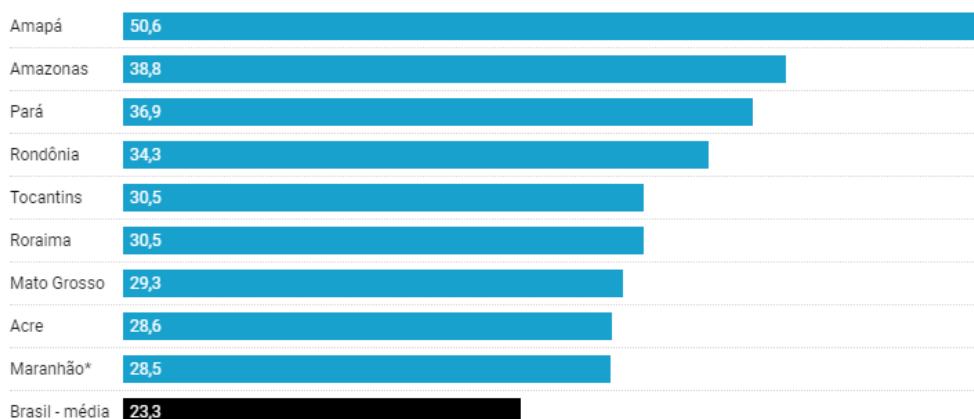
“A grande questão dessa facção é que ela acabou tomando conta de tudo que é atividade na Venezuela. Até de escolinha de beisebol, que é o esporte popular por lá, eles passaram a cobrar taxas. É uma coisa bem baixa, de dominação territorial”, afirma Chagas. Como paralelo no Brasil, ele cita a atuação das milícias no Rio de Janeiro.

Chagas destaca que muito do crescimento do grupo se deu por deterioração do Estado venezuelano, sob a ditadura de Nicolás Maduro. Como mostrou o Estadão, a escolha da Venezuela a favor da anexação de Essequibo, área rica em petróleo que corresponde a 70% do território da Guiana, ainda colocou um fator a mais nisso tudo: elevou a crise e o temor de um conflito militar entre as duas nações.

“Quando o Estado venezuelano não dá conta de uma série de processos, esses caras vão tomando o papel do Estado. Começam a regular a vida do território”, diz o pesquisador. “A falência econômica e política da Venezuela tem influência grande no crescimento tão rápido dessas facções.”

### Violência

Estados da Amazônia Legal têm taxa de assassinatos acima da média brasileira  
TAXA DE MORTES VIOLENTAS POR 100 MIL HABITANTES



\*Os números exibidos para o Maranhão referem-se ao total de Mortes Violentas Intencionais nos 181 municípios do Estado contidos na Amazônia Legal

Gráfico: Infografia Estadão • Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto Mãe Crioula; Fórum Brasileiro de Segurança Pública • Criado com Datawrapper

Outra particularidade, destaca o pesquisador, é que o grupo explora a dinâmica migratória característica da região. “Eles intervêm para atuar como coiotes, que levam de um lugar para outro prometendo coisas, no tráfico de pessoas, e coagem venezuelanos a levar droga para eles”, diz Chagas.

O Trem de Aragua, segundo o pesquisador, costuma ter modus operandi violento, até com episódios de esquartejamento de criminosos rivais. Ao mesmo tempo, destaca que a atuação de brasileiros também é forte em Roraima, por isso é precipitado dizer que há algum tipo de domínio do grupo venezuelano por lá.

“Tem uma xenofobia grande em relação a venezuelanos em Roraima e uma tendência grande de jogar a culpa de toda a criminalidade atual na região, que cresceu muito, nas costas dos venezuelanos”, alerta Chagas.

Como mostrou o Estadão, a taxa de mortes violentas intencionais no Brasil no ano passado foi de 23,3 mortes para cada 100 mil habitantes, segundo dados reunidos pelo Fórum, em parceria com o



Instituto Mãe Crioula. Nas cidades que compõem a Amazônia Legal, foi de 33,8, índice 45% superior à média nacional.

### **Governo diz que pretende investir R\$ 2 bi em segurança da região**

O Ministério da Justiça e Segurança Pública afirmou, em nota, que “tem ciência dos números e lamenta o crescimento do crime organizado nos últimos anos”.

Para enfrentar esse cenário, o ministério destaca a criação do Plano Amazônia, Segurança e Soberania (Amas), que pretende investir um total de R\$ 2 bilhões na região, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Amazônia.

“Entre as estruturas previstas com parte do montante, estão 34 novas bases integradas (terrestres e fluviais) de segurança (PF, PRF e Forças Estaduais), implementação da Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública e estruturação e aparelhamento do Centro de Cooperação Policial Internacional da Polícia Federal”, diz.

Conforme o ministério, a ideia, com a iniciativa, é ter maior presença física da força policial e garantir maior repressão aos crimes na região. “A Amazônia Legal ocupa 59% do território brasileiro e faz fronteira com sete países, o que torna a região singular, com desafios que envolvem logística e a soberania nacional do Brasil”, acrescenta a pasta.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 06/12/2023*

### **NUNES MARQUES PEDE MAIS PRAZO PARA ANÁLISE E SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE NOMEAÇÕES EM ESTATAIS**

Ministro André Mendonça votou nesta quarta-feira pela manutenção das travas da lei, e placar está em 1 a 1; Barroso sinalizou posição favorável às restrições, mas afirmou não estar ‘fechado a ouvir’  
*Por Lavínia Kaucz*

BRASÍLIA - O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista no julgamento que discute as restrições impostas pela Lei das Estatais à nomeação de políticos para cargos de direção e conselhos de administração de empresas públicas. Há um voto do ministro André Mendonça favorável às travas da lei e um voto do relator, Ricardo Lewandowski, para flexibilizar as normas.

Nunes Marques disse haver uma diferença entre critérios técnicos e políticos para restringir nomeações. Ele se comprometeu a devolver o processo para julgamento “na maior brevidade possível”. “A primeira (situação) é exigir critérios técnicos para ocupação de estatais. Outra é restringir o direito de algumas pessoas em razão da sua orientação política, que são coisas completamente diferentes”, disse o ministro, ressaltando que precisa refletir mais sobre o tema. “Posso limitar a ocupação desses cargos exigindo perfis. Outra coisa é limitar a ocupação dos cargos em razão de orientação política.”



Após o pedido de vista, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, sinalizou uma posição favorável às restrições impostas pela Lei das Estatais. Ele disse que o direito de ser dirigente de estatal “não é direito fundamental” e, portanto, pode ser restringido pela lei. Para o ministro, essa é uma opção legítima do Congresso e ele “tenderia” a não declarar a inconstitucionalidade das normas. “Embora eu tenha deixado transparecer uma visão, não estou fechado a ouvir”, ponderou.

***Ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, pediu vista no julgamento sobre a***

### **Lei das Estatais Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF**

“A única coisa que eu colocaria em discussão é a questão do prazo”, disse Barroso, em relação à quarentena de 36 meses para que dirigentes de partidos políticos e organizadores de campanha eleitoral possam assumir cargos de gestão em estatais. “A política vive naturalmente em função das próximas eleições. Soluções técnicas podem não corresponder aos prazos das expectativas da política. Há coisas que precisam ser feitas mesmo que não tragam votos”, afirmou o ministro.

Segundo Mendonça, que votou nesta quarta, os dispositivos da lei “servem como instrumento de concretização de finalidades privilegiadas pelo texto constitucional, como moralidade, impessoalidade, eficiência e transparência no âmbito das estatais”. Ele citou também o “direito a uma boa administração”.

O ministro afirmou que a lei não viola nenhum direito fundamental e atende às diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — “clube dos países ricos” no qual o Brasil tentou entrar nos últimos anos. A Lei das Estatais chegou a ser elogiada pelo grupo em relatório de 2020.

O ministro disse que, antes da Lei das Estatais, havia “cenário de prejuízo histórico” e que a norma melhorou a eficiência e reduziu situações de risco nas estatais. Ele acrescentou, dizendo se tratar de “visão pessoal” sua, que a administração pública está autorizada a intervir na atividade econômica “apenas excepcionalmente” e que “regra geral é iniciativa privada”.

“Função social eu distingo de função privada, mas também de função política”, destacou Mendonça.

O trecho da lei que restringe nomeações políticas para estatais está suspenso desde março por decisão liminar de Lewandowski. A liminar atendeu ao pedido do PCdoB, que alegou urgência na suspensão dos dispositivos porque o prazo para a eleição de administradores e membros do conselho fiscal de empresas estatais terminava em abril.

A Lei das Estatais proíbe a nomeação de representantes do órgão regulador do setor, ministros e secretários de Estados e municípios, dirigentes de partido político, parlamentares e titulares de cargos superiores na administração pública que não sejam servidores concursados. A norma também impõe quarentena de três anos para quem participou de estrutura decisória de partido ou atuou na organização de campanha eleitoral.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 06/12/2023*

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 06/12/2023*



## **VALOR ECONÔMICO (SP)**

### **LULA VOLTA A DIZER QUE GASTO EM EDUCAÇÃO É INVESTIMENTO NO PAÍS**

Em discurso durante evento no Rio, o presidente disse que o país precisa formar mais pessoas em matemática, física e engenharia

*Por Alessandra Saraiva, Valor — Rio*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a falar sobre a importância de alocação de recursos públicos no país, na área de educação. Para ele, alocar recursos em ensino, “não é gasto e, sim, investimento” no Brasil.



Em evento relacionado à educação, nesta quarta-feira (6), no Rio de Janeiro, o presidente destacou o interesse dos estudantes brasileiros em aprender. Ele lembrou sobre a inclusão de participação das escolas públicas nas Olimpíadas de Matemática, em sua gestão anterior na Presidência. "Em 2005, primeira vez que fizemos [com escolas públicas], se inscreveram 10 milhões de crianças", afirmou ele, ao acrescentar que, em 2023, foram 18 milhões de inscritos.

***"O que queremos é que da mesma forma que o dinheiro garante que o estudante paga escola privada, queremos abrir a porta para aquele que não tem a mesma facilidade", disse Lula, ao afirmar que, em seu entendimento, o Estado deve prover essa oportunidade.***

"Aqui no Brasil tudo que é para o pobre é gasto; e tudo que é para o rico é investimento", disse. "Não tenho preconceito de classe; são os de cima que têm preconceito com os de baixo", afirmou ele.

Em seu discurso, o presidente afirmou ainda que o país precisa formar mais pessoas em matemática, física e engenharia. No entendimento dele, são profissões que podem ajudar a contribuir não somente com desenvolvimento no país, mas deixá-lo mais competitivo, com outras nações.

***"Quanto custou a esse país não ter investido bem em educação no século XX? Quanto custou a esse país ter sido o último na América do Sul a ter universidade?" questionou, a informar que a primeira universidade no Brasil foi criada em 1920.***

Ele disse aos presentes no evento para "não levarem a sério" aqueles que dizem que o país gasta muito com educação. "Educação é o investimento mais extraordinário que um país pode fazer" disse.

Lula participou de cerimônia, em hotel da zona sul do Rio, de anúncio de credenciamento do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) como instituição de Educação Superior e autorização para início das atividades do IMPA Tech, primeiro curso de graduação do instituto. O IMPA Tech é uma parceria do IMPA com o governo federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Localizado na zona portuária do Rio, a graduação, gratuita, vai dividir um galpão de 10 mil metros quadrados, com startups e empresas de tecnologia.

O curso começará em 2024 e vai atender a 100 alunos no primeiro ano, com investimentos de R\$ 16,7 milhões, no primeiro ano, e meta de 400 estudantes ao final de quatro anos. O investimento total planejado, em quatro anos, deve remontar R\$ 55,9 milhões. Os recursos, do governo federal, serão transferidos ao Impa pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, e Inovação e pelo Ministério da Educação.

O presidente estava acompanhado do ministro da Educação Camilo Santana, do governador do Estado do Rio, Claudio Castro (PL), do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD) e do diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), Marcelo Viana, da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, entre outras autoridades.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 06/12/2023**

## **EDUARDO PAES DEFENDE CONTINUIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO**

Acompanhado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o prefeito do Rio comentou que, em gestões federais anteriores, a educação e eventos relacionados estavam deixados de lado  
**Por Alessandra Saraiva, Valor — Rio**

O prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), defendeu nesta quarta-feira (06) continuidade de políticas públicas voltadas para educação, entre os gestores públicos – independente de qual seja o governo.

Ele fez a recomendação durante anúncio do credenciamento do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) como instituição de Educação Superior e autorização para início das atividades do Impa Tech, primeiro curso de graduação do instituto.



**Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes — Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil**

O Impa Tech é parceria do Impa com o governo federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Localizado na Zona Portuária do Rio, a graduação, gratuita, vai dividir um galpão de 10 mil metros quadrados, com startups e empresas de tecnologia.

Paes, acompanhado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de outras autoridades relacionadas à educação e tecnologia, comentou que, em gestões federais anteriores, a educação e eventos relacionados, como as Olimpíadas de Matemática, estavam deixados de lado. E lembrou que as Olimpíadas foram criadas durante a gestão anterior de Lula na presidência.

Para o prefeito, mais importante do que anúncio da graduação do Impa, hoje, é a promessa de que a nova faculdade “exista e seja custeada para sempre”. Ele comentou que “governo vai governo vem” e que isso é da democracia. “Mas o que não pode mudar são as políticas públicas do governo [para educação]”, afirmou ele.

O diretor geral do Impa, Marcelo Viana, também presente no evento, lembrou sobre a criação das Olimpíadas de Matemática, uma parceria com o governo federal. Ele destacou a importância da Matemática e de sua contribuição para a economia do país. “E para isso precisamos de profissionais capazes”, afirmou ele.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 06/12/2023**

## **VALE ESPERA NÃO TER BARRAGENS NO NÍVEL 3 DE RISCO ATÉ 2025**

Esse cenário representa uma restrição para que alguns investidores entrem na companhia  
**Por Francisco Góes\* e Rafael Rosas, Valor — Londres e do Rio**

O vice-presidente executivo de finanças da Vale, Gustavo Pimenta, afirmou que a existência de barragens em nível 3 de risco representa uma restrição para que alguns investidores entrem na companhia. Pimenta participa nesta terça-feira do Vale Day 2023, em Londres.

Mais cedo, no mesmo evento, o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, afirmou que a meta da companhia é não ter nenhuma barragem em nível 3 de risco — que é o patamar mais elevado — até 2025.

“Não ter mais barragens no nível 3 até 2025 vai permitir acesso a uma base mais ampla de investidores e índices”, frisou Pimenta aos investidores.

O executivo destacou ainda a meta da companhia para os custos com a produção de minério de ferro. Pimenta lembrou que o objetivo da companhia é de um custo C1, da mina ao porto, abaixo de US\$ 20 por tonelada em 2026. Este ano, disse o executivo, esse custo caixa C1 para o minério de ferro deve ficar em cerca de US\$ 22,50 por tonelada.

\*O repórter viajou a convite da Vale

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 06/12/2023**



### AGÊNCIA BRASIL - DF

## PETROBRAS ENVIA SONDA PARA RETOMAR EXPLORAÇÃO NA MARGEM EQUATORIAL

*Por Carolina Pessoa - Repórter da Rádio Nacional - Rio de Janeiro*

Um navio-sonda foi enviado pela Petrobras nesta terça-feira (5) para retomar a exploração da Margem Equatorial brasileira. A embarcação perfurará o poço de Pitú Oeste, na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte.

A previsão é de que o trabalho comece ainda este mês, e dure de três a cinco meses. O anúncio do envio foi feito nesta quarta-feira (6) pela estatal.

A Margem Equatorial abrange cinco bacias em alto mar, entre o Amapá e o Rio Grande do Norte, entre elas: a Bacia da Foz do Amazonas, no litoral do Amapá, cuja licença para prospecção marítima foi negada em maio deste ano e gerou os debates públicos sobre a exploração da região.

Na ocasião, o Ibama alegou que a decisão foi tomada "em função do conjunto de inconsistências técnicas" para operação segura e nova área exploratória. Apesar de serem alto mar, a área da Região Amazônica é considerada de extrema sensibilidade socioambiental.

Já autorização para perfurar poços exploratórios em águas profundas da Bacia Potiguar foi concedida pelo Ibama em outubro. A Petrobras informou que pretende em seguida perfurar o poço Anhangá, na mesma bacia.

Em nota, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, disse que de 2024 a 2028 estão previstos investimentos de 3,1 bilhões de dólares em atividades exploratórias da margem.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data: 06/12/2023*

## NAVIO PETROLEIRO TOMBA NO RIO AMAZONAS

Embarcação errou caminho e passou por uma área rasa

*Por Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil - São Luís*

Um navio petroleiro tombou no meio do Rio Amazonas, na segunda-feira (4). Segundo a Marinha, o acidente com o navio mercante Minerva Rita ocorreu após a embarcação errar o caminho e passar por uma área rasa devido à estiagem no Canal do Guajará, na região do Tabocal. Não há registro de desaparecidos, mortos ou feridos e nem indícios de poluição hídrica no local.

Após tomar conhecimento do acidente, segundo a Marinha, o Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental sobrevoou o local, a bordo de uma aeronave do 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste (EsqdHU-91), para averiguar o ocorrido.

O local é apontado como um ponto crítico para a passagem de grandes navios, devido à seca que atinge o estado do Amazonas. A navegação na região não foi afetada e ainda não há previsão de retirada da embarcação.

O petroleiro transportava carga da refinaria Ream, do grupo Atem, mas não pertencia ao grupo.

“Será instaurado inquérito a fim de apurar as causas, circunstâncias e possíveis responsáveis. Assim que concluído, e cumpridas as formalidades legais, o inquérito será encaminhado ao Tribunal

Marítimo, que fará a devida distribuição e autuação”, diz nota do Comando do 9º Distrito Naval da Marinha, que abrange os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 06/12/2023

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### PORTO DE SANTOS ESTÁ OFICIALMENTE FORA DA PRIVATIZAÇÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 06/12/2023 - 17:41



Está afastada oficialmente a privatização da gestão do Porto de Santos. Foi publicada, nesta terça-feira (5/12), no Diário Oficial da União, a Resolução CPPI nº 291, de 22 de novembro de 2023, que revogou a Resolução 246, de 2022, que incluía a gestão dos portos de São Sebastião, da Bahia (Aratu-Candeias e Ilhéus) e de Santos, no Programa Nacional de Desestatização (PND).

A concessão parcial dos acessos ao Porto de Santos, de serviços, bem como a ligação seca Santos-Guarujá via túnel, continua autorizada, mas mantendo-se

sempre a gestão da autoridade portuária pública.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) continuarão com a competência de coordenar e monitorar as medidas de concessão parcial dos serviços portuários.

O Terminal SSB01, no Porto de São Sebastião, está qualificado, segundo a mesma resolução, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Mas a gestão do Porto Organizado de São Sebastião foi excluída do Plano Nacional de Desestatização (PND).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2023

#### ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DE SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 06/12/2023 - 17:39

A Avaliação analisará impactos trazidos até o momento na Resolução que busca entregar maior eficiência ao mercado

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizará, na próxima segunda-feira (11), às 15h, a audiência pública 06/2023, referente à proposta de Avaliação do Resultado Regulatório (ARR) da Resolução-Antaq 62/2021.

A sessão virtual será transmitida via streaming no canal da Antaq no Youtube.

#### Sobre-estadia e ARR

A regulação, dentre outras atribuições, tem como objetivo reduzir a assimetria de informação no tocante à sobre-estadia de contêineres. Especialmente nos artigos 19 a 21 que estabeleceram algumas regras a fim de entregar maior eficiência ao mercado, a exemplo do dever de transparência e publicidade, marco temporal do início e do fim da contagem de free time e situações em que a contagem desse prazo é suspensa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2023

### TOTALENERGIES, PETROBRAS, SOCAR E SONANGOL UNEM FORÇAS PARA REDUZIR A PEGADA DE METANO

Da Redação OFFSHORE 06/12/2023 - 17:35

A francesa TotalEnergies assinou acordos de cooperação com três empresas de petróleo e gás – Petrobras, SOCAR e Sonangol – para realizar campanhas de detecção e medição de metano usando sua tecnologia Airborne Ultralight Spectrometer for Environmental Applications (Ausea) em instalações de petróleo e gás no Brasil, Azerbaijão e Angola.

Atualmente, o analisador de gás Ausea montado em drone, desenvolvido pela TotalEnergies e pelos seus parceiros de I&D: CNRS e a Universidade de Reims Champagne-Ardenne, é considerado uma das tecnologias mais precisas do mundo para detectar e medir emissões de metano. O Ausea consiste num sensor duplo em miniatura capaz de detectar emissões de metano e dióxido de carbono, ao mesmo tempo que identifica a sua origem em todos os tipos de instalações industriais, sejam elas onshore ou offshore.

A TotalEnergies reduziu para metade as emissões de metano das suas instalações operadas entre 2010 e 2020. No entanto, o player francês também estabeleceu metas ambiciosas para intensificar os seus esforços e reduzir as emissões de metano em mais 50% até 2025 – com o objetivo de atingir esta meta um ano antes – em 2024 – e 80% em 2030, em comparação com 2020. Para tal, a empresa realizou uma campanha global para medir as emissões de metano das suas atividades operadas a montante no ano passado, utilizando a tecnologia Ausea.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2023

### ALGUMAS BALSAS JÁ PASSAM COM 100% DE CARGA, DIZ ABANI

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 06/12/2023 - 17:21



#### Arquivo/Divulgação

Presidente da associação ressaltou que, apesar da melhora nas últimas semanas, níveis sobem menos de 20 centímetros por dia e ainda prejudicam passagem de navios com plena carga

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (Abani) considera que, após o período mais severo da estiagem, o tráfego de balsas na região Norte teve melhora nas últimas semanas, com alguns comboios já conseguindo passar com 100% da carga. O presidente da Abani, Dodó Carvalho, ponderou que os navios de carga ainda enfrentam outro complicar porque os níveis dos rios locais não encheram o suficiente para que as embarcações consigam passar com carga plena.

Carvalho disse que alguns navios chegam a Manaus com somente 50% da capacidade de carga. “A estimativa é que o rio tenha enchido 2 metros, o que ainda não é suficiente para [passagem de] navios. Com balsas, começamos a andar com 100% da carga”, contou Carvalho à Portos e Navios. De acordo com a Abani as principais cargas transportadas são: contêineres, cimento, trigo e combustível aliviado, porém os navios estão chegando aliviados.

A associação estima que o rio encha, em média, de 5 a 18 centímetros por dia, chegando a subir aproximadamente 1 metro em uma semana. O trecho mais crítico em termos de limitações para a passagem de navios atualmente fica entre Itacoatiara e Manaus. Carvalho explicou que existem navios esperando para passar no Tabocal, que tem limitação por conta de pedras e bancos de areia. Foi próximo a esse ponto que o petroleiro Minerva Rita, de bandeira da Libéria, se chocou contra um pedral e encalhou na última segunda-feira (4).

(Em atualização)

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*  
Data: 06/12/2023

## ESTALEIRO JIANGNAN PROJETA PORTA-CONTÊINERES MOVIDO A ENERGIA NUCLEAR

Da Redação *INDÚSTRIA NAVAL 06/12/2023 - 17:16*

O estaleiro chinês Jiangnan revelou o que foi descrito como “o maior projeto de navio porta-contêineres movido a energia nuclear do mundo” durante a exposição Marintec China 2023 em Xangai. O navio terá capacidade para 24 mil TEUs.

O projeto utiliza reatores que operarão sob condições de alta temperatura e baixa pressão, mitigando o risco de derretimento do reator.

No caso de um acidente, o reator pode ser rapidamente interrompido para evitar uma escalada. O comunicado sublinha o compromisso com padrões de segurança, conforme divulgado pela China State Shipbuilding Corporation Limited, holding do estaleiro Jiangnan.

O projeto obteve aprovação de princípio da sociedade classificadora DNV.

Aproveitando o potencial da energia nuclear limpa, o projeto revelado incorpora uma tecnologia de reator de sal fundido de quarta geração.

A propulsão nuclear está cada vez mais a ganhar atenção na indústria marítima como parte da procura de navios com emissões quase nulas, em linha com as ambições cada vez mais rigorosas de descarbonização para 2050.

A adoção da propulsão nuclear apresenta um caminho promissor para a indústria, uma vez que não só se alinha com o imperativo de emissões próximas de zero, mas também aborda preocupações críticas relacionadas com os preços e a disponibilidade dos combustíveis.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*  
Data: 06/12/2023

## APM TERMINALS E DP WORLD FIRMAM PARCERIA PARA PROMOVER EQUIPAMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO COM EMISSÃO ZERO

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 06/12/2023 - 17:11*



APM Terminals (APMT) e DP World formaram a Zero Emission Port Alliance (ZEPA) na COP 28 com o objetivo de acelerar a descarbonização portuária, tornando os equipamentos de movimentação de contêineres elétricos a bateria (BE-CHE) mais acessíveis, acessíveis e atraentes.

A ZEPA, que deverá iniciar as suas atividades no início de 2024, é uma coligação que abrange toda a indústria, com adesão aberta a qualquer participante, incluindo operadores de terminais, fabricantes de equipamento original (OEM), autoridades portuárias e entidades

governamentais.

A aliança tem quatro objetivos principais de fluxo de trabalho para superar os desafios de acessibilidade e preços, como incentivar o aumento da capacidade de produção de BE-CHE pelos fabricantes e reduzir os custos dos produtos.



Existe também o objetivo de reduzir o custo das baterias e das soluções de carregamento, simplificar a implementação e aumentar a interoperabilidade dos equipamentos, bem como garantir que os operadores de terminais e a infra-estrutura da rede estejam prontos para a implementação da BE-CHE e da energia em terra.

Por último, a ZEPA espera criar melhores condições de implementação para frotas com emissões zero.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 06/12/2023

## ABIHV ESPERA AVANÇOS ATÉ FINAL DA TRAMITAÇÃO DO PL DO HIDROGÊNIO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 05/12/2023 - 17:52



### Arquivo/Divulgação

Associação considera aprovação na Câmara uma sinalização positiva, mas enxerga oportunidades de melhoria no texto do Senado, garantindo incentivos regulatórios e financeiros para deixar hidrogênio mais competitivo

A Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV) considerou uma sinalização positiva a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei (PL) 2308/2023, que regulamenta a produção do

hidrogênio de baixa emissão de carbono. A associação pondera que ainda existem avanços significativos que podem ser feitos na etapa final de tramitação do texto, encaminhado ao Senado, para mecanismos que estimulem o desenvolvimento da indústria. A associação destacou que essa aprovação foi necessária para trazer toda a sociedade, investidores e academia para o debate e para o apontamento final deste instrumento.

A ABIHV estima que o Brasil tem potencial de produzir 4% de todo o hidrogênio verde (H2V) do mundo. Um estudo contratado pela associação identificou, ao menos, 57 projetos atualmente em discussão podendo sair do papel a partir de 2024, totalizando uso de 180 megawatts (MW) de eletrolisadores, com a previsão de investimentos da ordem de R\$ 7 trilhões, entre capex e opex, e a arrecadação para todas as esferas do governo até 2050.

Para a associação, esse foi um passo importante na construção de um marco regulatório para o desenvolvimento do hidrogênio no país. "Isso abre caminho para estabelecermos o hidrogênio como vetor energético, coloca o Brasil num processo para estabelecer essa economia de baixo carbono e a tão sonhada industrialização verde, com essa questão de trazer a indústria verde dos processos produtivos", analisou a diretora executiva da ABIHV, Fernanda Delgado.

A ABIHV projeta a construção de um arcabouço legal viabilizando a competitividade do hidrogênio verde no país e contribuindo para o Brasil ser líder da descarbonização, para trazer ao país projetos sólidos, sustentáveis, de ordem nacional e internacional. "Quando falamos que temos R\$ 7 trilhões em investimentos para atrair para o Brasil até 2050, superávit nas contas públicas, incremento de arrecadação de todas as esferas do governo, é a partir desse arcabouço regulatório que a gente vai conseguir fazer isso. Esse é o destaque mais importante e a beleza de se instituir esse instrumento legal", ressaltou Fernanda.

A diretora da ABIHV salientou que outras formas de energia tiveram também estímulos a crédito, apoio financeiro e tributário no início do adensamento das suas cadeias produtivas. Fernanda acredita que promover essa demanda e a competitividade é justo e pertinente para um amadurecimento tecnológico e um estímulo da cadeia produtiva. O PL do hidrogênio regulamenta a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono, institui uma certificação voluntária e prevê incentivos federais tributários.



A associação entende que um instrumento legal já tem uma força grande e que, se ele for trabalhado na direção dos incentivos dos descontos necessários, nas tarifas que foram solicitadas, sem onerar o consumidor e vindo de recursos da União, será possível trabalhar a questão das ZPEs (zonas de processamento de exportação), que foram também removidas do texto.

“Tudo o que for relacionado a trazer competitividade para os projetos, face ao que já se tem em outros países, como Estados Unidos, União Europeia e Japão, para que esses projetos sejam trazidos para cá, agregamos valor a essa cadeia produtiva e a todas as esferas do governo”, afirmou Fernanda à Portos e Navios.

O substitutivo aos PLs 2.308/2023, 3.452/2023 e 4.907/2023, aprovado pela Câmara dos Deputados, institui o marco legal para o hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus pontos de destaque são: a definição dos conceitos de "hidrogênio de baixa emissão de carbono" e "hidrogênio renovável", a designação da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para regular, autorizar e fiscalizar a exploração e produção de hidrogênio, a instituição do Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC) e a criação do Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro).

A advogada Natália Bastos, especialista em energia renovável, explicou que, originalmente, as propostas previam um pacote de subsídios e incentivos tributários e regulatórios que consistiam, também, em descontos em tarifas de energia, criação de um leilão de energia específico para projetos de hidrogênio e fontes de recursos, para o PHBC, como a utilização de parte do excedente econômico gerado por Itaipu, a alocação de parcela do recolhimento de participações especiais do petróleo e a destinação de parte da receita do excedente em óleo obtido na partilha de produção de petróleo, dentre outros.

Contudo, após acordo com a equipe econômica, tais incentivos foram retirados da versão final. Natália observa que a medida, nesse contexto, contrasta com o posicionamento de outros países e blocos econômicos, como os EUA e UE, que estão intensificando subsídios ao hidrogênio verde, e pode resultar na migração de investimentos, o que representaria um entrave para o desenvolvimento do hidrogênio sustentável no Brasil.

“A questão da retirada dos subsídios é um ponto a ser reavaliado e aperfeiçoado para fortalecer o desenvolvimento do hidrogênio sustentável no país e manter o Brasil competitivo no mercado global no contexto de crescentes investimentos por nações desenvolvidas”, aponta Natália, que atua no escritório Toledo Marchetti. Ela vê a aprovação de um marco legal como um grande passo para conferir segurança jurídica e estimular o desenvolvimento do hidrogênio sustentável no Brasil.

Segundo a advogada, o texto aprovado traz definições importantes e a criação do Rehidro, que estende os benefícios fiscais já estabelecidos no âmbito do Reidi às empresas que se dedicam à produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono, além de possibilitar a emissão de debêntures incentivadas e que empresas localizadas em ZPEs aproveitem dos benefícios proporcionados pelo Rehidro. Porém, ela avalia que a retirada do pacote de subsídios é um ponto de atenção, que pode reduzir a competitividade do hidrogênio sustentável do Brasil no mercado global, especialmente em comparação com a abordagem mais agressiva de subsídios ofertada por outros países e blocos econômicos, como os EUA e UE.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 06/12/2023*





# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 199/2023  
Página 51 de 51  
Data: 06/12/2023  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS  
Data: 06/12/2023